



## Município da Marinha Grande

### Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia 03/09/2018.

Mandato de 2017/2021  
Ata nº 29

Aos três dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Patrícia Alexandra Rino Moreira de Sousa Jorge;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Mêlina Monteiro Mira Domingues comunicou em 30/08/2018, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atualizadas, que estará ausente nesta reunião, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereadora será substituída pela candidata da lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhora Patrícia Alexandra Rino Moreira de Sousa Jorge, dado que o candidato imediatamente a seguir comunicou a sua impossibilidade.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.



## PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

**1. Sr. Joaquim Carreira Gomes Grilo** – pretende falar sobre os seguintes assuntos:

- conclusão do alcatroamento em 150mts da estrada das matas que liga o Largo do Pilado com a estrada Marinha Grande/Vieira de Leiria;
- complexo desportivo Pilado/Escoura;
- conduta de água na Rua Central (acesso ao complexo desportivo).

**2. Sr. Vítor Jorge Rainho Leal** – pretende obter informações sobre a compra do edifício da Mortense.

**3. Sr. Vítor José Domingos Rosa** – pretende falar sobre assuntos relacionados com a exploração do Café Bambi em S. Pedro de Moel.

**4. João Carlos Gomes de Sousa** – pretende de expor/ questionar sobre os seguintes assuntos:

- Falta de resposta à reclamação apresentada no Livro de Reclamações;
- Conservação de edifícios em ARU.

**5. Sr. Agostinho Teixeira de Oliveira** – pretende falar sobre os seguintes assuntos:

- Quer saber a data prevista para as obras de beneficiação da Rua do Sol, na Ordem;
- Quer saber se os trabalhos de limpeza iniciados num terreno da Câmara, junto ao campo de futebol do S.L.M., são para continuar, porque ainda lá se encontra um grande silveiral.

**6. Sr. Carlos Domingues Franco** – pretende falar sobre as candidaturas de apoio ao associativismo.

**7. Sr. João Cravo Nunes da Silva Granja** – pretende falar sobre a importância da desfibrilhação externa e o resultado da sua candidatura ao OP 2018.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Intervenção dos membros do executivo

**ORDEM DO DIA**

**CÂMARA**

1. Aprovação da ata n.º 27, da reunião ordinária do dia 13 de agosto de 2018
2. Aprovação da ata n.º 28, da reunião extraordinária do dia 24 de agosto de 2018

**FINANÇAS, CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**

3. Resumo de Tesouraria do dia 28 de agosto de 2018
4. 20.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018
5. Protocolos de colaboração - Acesso aos refeitórios dos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Nascente e Poente – Ano Letivo 2018/2019

**TAXAS, PREÇOS E IMPOSTOS**

6. Isenção do pagamento de taxas
7. Autorização para pagamento de taxas em prestações

**OBRAS PÚBLICAS**

8. Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho – Concurso público n.º 15/2017 - Aprovação de trabalhos de suprimento de erros e omissões e trabalhos a mais. Aprovação de minuta de contrato
9. Reabilitação e Promoção da Acessibilidade no Largo da República - Vieira de Leiria - Concurso público n.º 04/2016 - Revisão de Preços
10. Requalificação da Rua e Travessa do Mirante - Concurso público n.º 17/2018 - Ratificação de despacho
11. “Beneficiação da Rua do Repouso - 2ª Fase” – Concurso Público N.º 04/2018 – Aprovação de trabalhos a menos.
12. Requalificação e eficiência energética da piscina Municipal de Vieira de Leiria - Concurso Público n.º 06/2018 - Aprovação de trabalhos complementares
13. Alargamento da Rua do Repouso – 2.ª fase – Cedência de 128,70m² de terreno integrado na Herança de Alice da Conceição Ribeiro

- 14. Alargamento da Rua do Repouso – 2.ª fase – Cedência de 124,00m² de terreno integrado na Herança de Francisco Gouveia
- 15. Alargamento da Rua do Repouso – 2.ª fase – Cedência de 51,00m² de terreno integrado na Herança de Jacinto Duarte Lopes
- 16. Alargamento da Rua do Repouso – 2.ª fase – Cedência de 194,10m² de terreno integrado na Herança de Jacinto Duarte Lopes
- 17. Execução da Rua Nova do Moinho de Cima e Infraestruturas de Saneamento dos Arruamentos Adjacentes - Cedência 29m² de terreno do Sr. António da Piedade Malpique

#### **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**

- 18. Req.º nº 1385/18, datado de 26/07/2018 - Proc.º nº 77/18, datado de 02/03/2018 - Rafael Calado
- 19. Req.º nº 1191/18, datado de 02/07/2018 - Proc.º nº 384/16, datado de 15/09/2016 - Ana Acácia Leal Silva e Tiago Feteira Rolo
- 20. Req.º nº 1483/18, datado de 14/08/2018 - Proc.º nº 87/18, datado de 13/03/2018 - Filipe Manuel Simões Moreira
- 21. Req.º nº 1456/18, datado de 07/08/2018 - Proc.º nº 83/18, datado de 07/03/2018 - Márcio Leandro Franco Lavos
- 22. Req.º nº 1409/18, datado de 31/07/2018 - Proc.º nº 115/18, datado de 04/05/2018 - Daniel Alexandre Inês Pedro e Inês Sofia de Sousa Carlos
- 23. Req.º nº 1121/18, datado de 19/06/2018 - Proc.º nº 230/18, datado de 19/06/2018 - FUNGERE - Fundo de Gestão de Património Imobiliário
- 24. Req.º nº 404/18, datado de 27/02/2018 - Proc.º nº 70/18, datado de 27/02/2018 - Vitor Júlio Jesus Santos
- 25. Req.º nº 1332/18, datado de 19/07/2018 - Proc.º nº 292/18, datado de 19/07/2018 - Ângelo Augusto Madeira Gaspar
- 26. Req.º nº 769/18, datado de 18/04/2018 - Proc.º nº 137/18, datado de 18/04/2018 - Emílio José Jesus Rato
- 27. Req.º nº 551/18, datado de 19/03/2018 - Proc.º nº 93/18, datado de 19/03/2018 - Solange Cláudia Fernandes Morgado Salvador e Júlio Salvador Timóteo
- 28. Req.º nº 991/18, datado de 24/05/2018 - Proc.º nº 194/18, datado de 24/05/2018 - Joaquim Jesus Duarte e Júlia Lourenço Esperança Duarte
- 29. Req.º nº 1553/18, datado de 28/08/2018 - Proc.º nº 547/17, datado de 06/12/2017 - Paulo Renato Pereira Gomes
- 30. Req.º nº 1348/17, datado de 28/07/2017 - Proc.º nº 195/17, datado de 18/05/2017 - Motivavence - Unipessoal Lda
- 31. Req.º nº 1349/18, datado de 23/07/2018 - Proc.º nº 298/18, datado de 23/07/2018 - Banco Comercial Português, S.A
- 32. Req.º nº 1204/18, datado de 03/07/2018 - Proc.º nº 253/18, datado de 03/07/2018 - Carlos Alberto de Oliveira Gomes
- 33. Req.º nº 2111/17, datado de 12/12/2017 - Proc.º nº 476/17, datado de 25/10/2017 - Marlene da Conceição Ribeiro dos Santos Azinheiro e Rui Filipe Ribeirete Azinheiro
- 34. Req.º nº 1412/18, datado de 31/07/2018 - Proc.º nº 60/2018, datado de 19/01/2018 - Eulália Farto Carvalho
- 35. Req.º nº 1222/18, datado de 05/07/2018 - Proc.º nº 21/18, datado de 26/01/2018 - Maria Goreti Gil Ferreira e Andreia Raquel Fino Ferreira
- 36. Req.º nº 1224/18, datado de 05/07/2018 - Proc.º nº 150/18, datado de 27/04/2018 - João Rodrigues Correia
- 37. Req.º nº 1443/18, datado de 06/08/2018 - Proc.º nº 333/15, datado de 17/09/2015 - Ramiro Gomes Moleirinho

38. Req.º nº 1433/18, datado de 03/08/2018 - Proc.º nº 126/17, datado de 10/04/2017 - Fernando Pereira da Silva Moleiro
39. Req.º nº 1433/18, datado de 03/08/2018 - Proc.º nº 126/17, datado de 10/04/2017 - Fernando Pereira da Silva Moleiro
40. Req.º nº 708/16, datado de 03/05/2019 - Proc.º nº 423/15, datado de 12/11/2015 - Luís Miguel Rodrigues Sapateiro
41. Req.º nº 977/18, datado de 22/05/2018, Req.º nº 1546/18, de 28/08/2018 - Proc.º nº 365/2018, datado de 22/05/2018 - Rogério Loureiro e Leonel da Conceição Loureiro
42. E/6436/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.
43. E/6695/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada elétrica - ACR, LDA.
44. E/6274/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada elétrica - EDP, S.A.
45. Req.º nº 1543/18, datado de 27/08/2018 - Proc.º nº 458/2018, datado de 16/07/2018 - HK Hidroking Engenharia Térmica Lda.
46. Req.º nº 1467/18, datado de 10/08/2018 - Proc.º nº 503/2018, datado de 10/08/2018 - Rua das Flores - Gestão de Ativos Imobiliários, Lda. e Alberto Carreira, Construções, Lda.
47. Req.º nº 1134/18, datado de 20/06/2018 - Proc.º nº 100/18, datado de 22/03/2018 - TJ MOLDES, S.A.
48. Início de procedimento e participação procedimental - Regulamento de Concessão de Benefícios Fiscais do Município da Marinha Grande
49. Proposta de acordo de mutação dominial – Troço de estrada da ER349 (Praia da Vieira – Várzeas)

#### **RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO**

50. Responsabilidade Civil Extracontratual do Município da Marinha Grande – Pedido de Indemnização – Requerente: Ana Celina Santos Ribeiro - Deferimento.

#### **AÇÃO SOCIAL**

51. Transferência habitacional da inquilina residente na: fração sita na Rua Júlio Braga Barros, bloco 5, 2.º B para a fração correspondente à casa nº26, sita no Bairro do Camarnal (velho), por motivos de doença e más relações de vizinhança.
52. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de inquilina residente na Rua Júlio Braga Barros, BI 1, 1º B, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido.
53. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de inquilina residente na Rua Júlio Braga Barros, BI 1, 1º C, Casal de Malta, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido.
54. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de inquilina residente na Praceta da Liberdade BI 3, 2º Dt.º, Casal de Malta, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido.
55. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de inquilina residente na Praceta da Liberdade BI 3, R/C Dt.º, Casal de Malta, por motivo de alteração na composição e nos rendimentos do agregado familiar.
56. Celebração de acordo de regularização de dívida referente ao arrendatário Joaquim da Silva Ribeiro, residente na Praceta da Liberdade BI2 2º dto, Casal de Malta, Marinha Grande

- 57.** Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Associação Novo Olhar, IPSS: Funcionamento do centro sócio-sanitário Porta Azul e Loja Social.
- 58.** Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson: Encontros terapêuticos com Parkinson.
- 59.** Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos: Almoço de Natal/2018.
- 60.** Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Comissão de Reformados Pensionistas Idosos: Funcionamento do Ginásio do Cérebro Sénior.

#### **PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURA**

- 61.** Protocolo de parceria para o funcionamento da Orquestra Juvenil da Marinha Grande – Plano anual de atividades 2018.
- 62.** Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2018 - Associação Tocánder - Oficinas de percussão de gaita de foles, pauliteiros e outras e realização de espetáculos e arruadas.
- 63.** Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2018 - Clube Recreativo Amieirinhense - Escola de Música e Orquestra da Amieirinha.

#### **TEMPOS LIVRES E DESPORTO**

- 64.** Audiência prévia da candidatura do Clube de Atletismo da Marinha Grande – Convívio de benjamins - Apreciação de alegações - Proposta de admissão
- 65.** Atribuição de apoio – Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro - Reabilitação de instalações
- 66.** Atribuição de apoio – Associação Portuguesa de Deficientes - “Desporto para todos”

#### **EDUCAÇÃO E JUVENTUDE**

- 67.** Atividades de animação e apoio à família nos estabelecimentos de educação pré-escolar (AAAF) e do 1º ciclo do ensino básico (CAF) da rede pública do Município da Marinha Grande 2018-2019 - Definição de tabelas participação familiar



#### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**1. Sr. Joaquim Carreira Gomes Grilo** – falou sobre os seguintes assuntos:

- Agradeceu a reparação da estrada das matas que liga o Largo do Pilado com a estrada Marinha Grande/Vieira de Leiria, mas continua lá o mesmo buraco assim como as placas de sinalização. Também já não se justificam os separadores existentes no meio. Referiu ainda que as camionetas dos madeireiros fazem os carregamentos na estrada e estragam o tapete novo. Considera que é uma situação inadmissível e até já chegou a chamar ao local a GNR.
- A estrada de acesso ao complexo desportivo Pilado/Escoura está em péssimo estado, pelo que pretendem saber para quando a colocação de um tapete novo.

**2. Sr. Vítor Jorge Rainho Leal** – abordou os seguintes assuntos:

- Em representação do MPT quer saber se a Câmara Municipal pretende adquirir a antiga FEIS, tal como ficou previsto no Orçamento Municipal. O valor é elevado mas vai permitir preservar um património querido dos marinhenses. Espera que agora esta compra seja feita, no sentido de preservar este património para os marinhenses. O MPT também pretende saber o que a Câmara pretende fazer ao adquirir este património.
- Perguntou, em relação à Conservatória, se sempre vai passar para o ATRIUM até final do ano, uma vez que já só faltam 4 meses. Qual o ponto de situação?
- Terminou chamando a atenção da Sr.<sup>a</sup> Presidente para a “nojeira do Ribeiro”, na Praia da Vieira, imprópria para tomar banho.

**3. Sr. Vítor José Domingos Rosa** – abordou os seguintes assuntos:

- Referiu que teve uma reunião na Câmara, em que manifestou a preocupação sobre as acácias e a Sr.<sup>a</sup> Presidente garantiu o seu corte desde o parque das merendas até ao café Bambi. Depois disso telefonou-lhe uma pessoa a perguntar quais eram as acácias, informou-a e disseram-lhe que só iriam cortar as que estavam junto ao café, só que ainda não foram.
- Nessa mesma reunião também pediu a revisão da renda do café Bambi. Foi informado que na altura o responsável pelo processo estava de férias e depois ficou de baixa. Agora recebeu um e-mail do Chefe do GAP a pedir documentos contabilísticos e a justificação do pedido, que vai entregar, e por isso quer saber quanto tempo depois vai demorar. Tratando-se de um estabelecimento em S. Pedro de Moel parece-lhe que a justificação para a redução da renda é óbvia.

**4. João Carlos Gomes de Sousa** – abordou os seguintes assuntos:

- Falta de resposta às reclamações apresentadas no Livro de Reclamações – são duas e só recebeu resposta a uma.
- Conservação de edifícios em ARU – referiu que viu a gravação da última reunião da Câmara Municipal e foi um espetáculo muito triste, pelo que gostaria de colocar algumas questões à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho e ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

Na reunião, a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho, depois de se regozijar com o novo espaço da Praça Stephens, que considera digno, disse ainda que a Praça devia ser dinamizada. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora foi Vereadora da cultura, e na altura pediu-lhe um trabalho, que fez, *pro bono*, conforme documento que distribuiu a todos os membros do executivo. Perguntou: onde esteve a Sr.<sup>a</sup> Vereadora estes 3 anos? Tem tantas ideias, mas passou-as a alguém?

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira indignou-se pelas taxas a pagar por uma empresa, mas dentro do centro tradicional as taxas são elevadas, e com isso não se indigna. Se em todas as reuniões da Câmara os Vereadores da oposição se indignam com o valor das taxas porque não apresentam um requerimento? São 4, o executivo permanente são 3. Porquê? Vêm às reuniões todos os quinze dias, indignam-se, mas depois votam tudo por unanimidade. De seguida enunciou os valores pagos pelas esplanadas, referindo que não vale a pena virem aqui mostrar a indignação e depois não fazer nada. Se querem que as pessoas reabilitem porque não isentam, por zonas?

Terminou a sua intervenção dizendo que hoje foi dedicada aos Vereadores da oposição.

**5. Sr. Agostinho Teixeira de Oliveira** – abordou os seguintes assuntos:

- Quer saber a data prevista para as obras de beneficiação da Rua do Sol, na Ordem, uma vez que lhe foi dito que seria a seguir à Rua da Vitória.
- Quer saber se os trabalhos de limpeza iniciados num terreno da Câmara, junto ao campo de futebol do S.L.M., são para continuar, porque não foi todo limpo e ainda lá se encontra um grande silveiral, conforme documentou com fotografias.

**6. Sr. Carlos Domingues Franco** – na sequência da intervenção em reunião anterior, disse que é verdade que reuniu com a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia, no dia 11 de abril, estando presente, para além dele próprio, como Presidente, também o Tesoureiro e o Secretário da Associação da Comeira, a Dr.<sup>a</sup> Catarina Carvalho e a Sr.<sup>a</sup> Vereadora.

Nessa altura perguntaram o que tinham de fazer para regularizar a situação. Entregaram os documentos que acordaram, pensando que a situação estava regularizada.

A 19/06 houve um e-mail a pedir mais documentos. O Tesoureiro perguntou se tinham de voltar a entregar os documentos já entregues em 11 de abril, na mencionada reunião. A Câmara respondeu que não tinha esses documentos.

Em julho foi enviado novo e-mail a pedir mais documentos, referentes a obrigações que têm de cumprir. Querem saber quais são esses documentos. Foram-lhes atribuídos 10.000€ para infraestruturas mas só receberam 978€. Não entregaram quaisquer balancetes, como diz a Sr.<sup>a</sup> Vereadora. Parece-lhe que ou há muita incompetência ou então má-fé para com a sua Associação. Referiu que já foram aqui atribuídos outros apoios a outras instituições e não foi preciso tudo isto.

Terminou a intervenção dizendo que a Associação da Comeira está aberta a todos, tal como dizem os seus Estatutos, e se a Câmara quiser aceitar a sua candidatura que aceite, senão quiser não aceite, mas não andem com truques.

**7. Sr. João Cravo Nunes da Silva Granja** – referiu que irá abordar dois temas, mas que não será para colocar questões.

1. Pretende sensibilizar todos para a desfibrilhação externa. A morte súbita cardíaca, cujo exemplo mais visível foi a do jogador de futebol Miki Fehér, situação sobre a qual ainda hoje tem dúvidas de que se houvesse o equipamento não teria sobrevivido. O suporte básico de vida de desfibrilhação automática externa é importante nos primeiros momentos, e agora vai ser ensinada nas escolas, com a carta de condução, nas universidades e também será obrigatória a existência dos equipamentos, tal como a lei determina. No concelho deverá existir nas escolas, nos pavilhões da FAE, no Teatro e em espaços desportivos. Sabe que neste momento só há 5 equipamentos no concelho: 3 nas duas corporações de bombeiros, 1 num hipermercado e 1 numa empresa. O Estádio Municipal não tem, e já era obrigatório desde 2012.  
Seguidamente leu notícias de alunos de escolas que foram salvos e socorridos pelos professores porque já tinham equipamentos e formação do pessoal docente e não docente.
2. Referiu que apresentou uma proposta ao Orçamento Participativo 2018, no sentido de a Câmara instalar este equipamento em todos os espaços desportivos, e foi excluída por causa do Regulamento, que só prevê empreitadas e obras concretas. Parece-lhe um conceito dúbio, e entende que devem também ser aceites propostas na área cultural e social.



Terminadas as intervenções do público, a **Sr.ª Presidente** deu a palavra ao **Sr. Vereador Carlos Caetano**, que cumprimentou todos os presentes, deu as boas-vindas à Sr.ª Vereadora Patrícia Jorge, e respondeu o seguinte no âmbito das suas áreas:

- Sr. Joaquim Grilo – a Rua dos Grilos foi feita, faltam cerca de 200 metros. No mandato anterior foi feita a estrada da Guarda do Pilado, está boa e ficou o entroncamento por resolver, porque a berma fica muito “à pele” e os carros projetam a areia e as pedras para a estrada. Terá que ser feita uma correcção, que vai mandar fazer, para evitar essa situação. Está atento à questão dos camiões dos madeireiros, que ocorre também noutros locais e está a ser acompanhada. A rede de águas junto ao complexo desportivo, na Rua do Outeiro Laranjo, tem muitas roturas, quase todas as semanas há roturas, e por isso está na lista para intervir. Será feita a intervenção na remodelação da rede de águas e também no pavimento.

**A Sr.ª Presidente respondeu o seguinte:**

- Sr. Vítor Leal – a aquisição do património Stephens está inscrita no Orçamento Municipal, virá oportunamente à reunião de Câmara e depois irá também à Assembleia Municipal e posteriormente a visto do Tribunal de Contas. Têm que ser cumpridos todos estes trâmites processuais. Compete à Câmara decidir o futuro daquele espaço, que será uma discussão a ter posteriormente à aquisição. Não é um assunto fechado o que se irá aí fazer.
- Conservatória – na primeira reunião que teve com o IRN - Instituto dos Registos e Notariado, disseram-lhe que iriam fazer as obras. Está em contacto com o Instituto e a Secretária de Estado da Justiça e sabe que continuam a ter a verba cativa para as obras. Disse-lhes que à semelhança do que foi feito com a Escola Guilherme Stephens e com o Centro de Saúde, a autarquia estaria também disponível para fazer um Protocolo para transferência de verba, de modo a ser mais célere, realizando a Câmara a obra. Aguarda o envio do Protocolo, conforme consta da sms que recebeu agora mesmo durante esta reunião. Entretanto a autarquia disponibilizou, nas instalações da Câmara, espaço para 4 postos de atendimento, enquanto decorrerem as obras do ATRIUM, de modo a melhorar as condições de acesso.
- Ribeiro – é o Rio Lis. As águas balneares têm sido analisadas e as águas das praias têm boa qualidade. A água do rio tem problemas, de há muitos anos, e em conjunto com a Câmara Municipal de Leiria está a ser feita a monitorização para saber quais os locais de origem dessa poluição. A informação, de há algumas semanas, é a de que se aguarda decisão sobre o estudo feito sobre as suiniculturas.
- Sr. Vítor Rosa – teve aqui a reunião sobre as acácias, o ICNF comprometeu-se a cortá-las, porque é da sua responsabilidade. Para agilizar, os serviços da Câmara foram cortar as que estavam junto ao armazém e lamenta que não tenha sido possível fazer tudo. Sabe que o ICNF tem um procedimento em curso, que se vai iniciar nos próximos dias. Se a situação não se resolver agradece que a informe.
- Renda – a apreciação legal leva algum tempo. Compreende que se sinta assim por outros não pagarem as rendas, mas vai ser vista a situação, dentro das justificações e alegações apresentadas, e ver como resolver a questão.
- Sr. João Sousa – vai ver o que se passa com a falta de resposta a uma das reclamações e depois falará com ele.

Há que alterar o regulamento e contemplar algumas situações. Quando é aprovado um regulamento ele é posto a discussão pública e os munícipes podem, e devem, dar as suas sugestões.

**O Sr. Vereador Carlos Caetano respondeu o seguinte:**

- Sr. Agostinho Oliveira – confirmou o que lhe tem dito: o concurso para a Rua da Vitória está a decorrer, com a apresentação de propostas até ao dia 13 de setembro. Demorará cerca de 6 meses, e quando estiver aberta ao trânsito faz-se a obra da Rua do Sol. Enquanto esta obra decorrer avançar-se-á com o projeto da Rua do Sol, para se poder lançar o concurso logo que esteja concluída, o que se prevê lá para maio de 2019.  
Em relação às silvas, trata-se de um terreno municipal e tem a informação que o terreno é irregular e teria que ser limpo com outro tipo de máquina. Espera que ainda hoje lá vão terminar o trabalho.

**A Sr.ª Vereadora Célia Guerra respondeu o seguinte no âmbito das suas áreas:**

- Sr. Carlos Franco – é verdade que reuniram, os documentos em falta foram entregues, alguns por mão própria na altura, e o que lhes foi dito, por parte dos gestores dos contratos, é que estavam em falta relatórios de execução. São dois relatórios de 2015/2016. Tem aqui o ofício a pedir esses documentos, que vai entregar por mão própria, e só depois a candidatura poderá ser aceite.

**A Sr.ª Presidente continuou a responder o seguinte:**

- Sr. João Granja – agradeceu-lhe a questão que abordou.  
Sobre o Regulamento do OP 2018 referiu que na altura se pensou em não o fazer este ano para alterar o Regulamento, mas depois resolveu-se avançar com ele tal como estava e fazer a alteração depois.  
Vai estar atenta à questão da desfibrilhação, e já foi feito um procedimento para se adquirirem os equipamentos e irão ser identificados quais os espaços, sendo que primeiro serão os da responsabilidade da própria autarquia e depois será também visto com os clubes. Também terá que ser vista a questão da formação e de quais as verbas necessárias.  
Questionado sobre se a formação é simples para o cidadão comum, o Sr. João Granja informou que sim, são só 6 horas de formação e vem com a aquisição do equipamento.  
A Sr.ª Presidente referiu que no futuro talvez possa vir a pedir a colaboração do Sr. João Granja.

Quando a **Sr.ª Presidente** se preparava para terminar o período de atendimento do público, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu para intervir.

A **Sr.ª Presidente** lembrou as regras do Regimento e disse que o Sr. Vereador terá o seu tempo no período de antes da ordem do dia e que nessa altura poderá falar. Se for pela defesa da honra dar-lhe-á a palavra, caso contrário falará no seu tempo.

O **Sr. Vereador** protestou e disse que foi questionado dentro do tempo do público e é nesse que pretende falar.

**A Sr.ª Presidente deu então a palavra ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que referiu o seguinte:**

*“Quanto à apresentação de regulamentos, ou a sua alteração, eu já propus por diversas vezes a este executivo permanente e não foi aceite. Um exemplo tem a ver com o Regulamento do Orçamento Participativo que hoje aqui foi referido, onde nós propusemos alteração ao regulamento, que não foi aceite, e se o tem sido, evitaríamos situações como a que hoje aqui vimos. Também já propusemos que a Sra Presidente agendasse a apresentação de abertura de procedimento numa alteração a um regulamento, mas a Sra Presidente não agendou.*

*Sobre a questão das isenções de taxas na ARU, existe um regulamento que contém essas informações, e por isso, sugiro que analise esse regulamento para verificar se está a ser cumprido. A revisão das taxas no nosso município já devia ter sido feito há muito, dados os valores exorbitantes que algumas destas taxas têm, apenas como exemplo uma fotocópia custar quatro euros.”*

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho também pediu a palavra, que lhe foi dada, uma vez que também foi questionada pelo Sr. João Sousa, e referiu o seguinte:**

Agradeceu ao município ter trazido aqui o magnífico projeto “Todos à Praça”, que é de 2015, e após deixar os seus pelouros passou a “pasta” a quem se lhe seguiu, e a Sr.ª Vereadora Cidália felizmente aproveitou algumas ideias, como foi a Festa da Primavera e a Festa do Natal.

Havia outros eventos, está tudo nos serviços, tem inclusive a resposta que recebeu sobre este projeto e um projeto sobre o Pinhal do Rei e ainda de um outro para aquisição das casas das matas. O que lhe foi respondido pelo GAP foi de que seria para “chutar para canto”, não havia dinheiro e também por esta razão os Vereadores da CDU bateram com a porta e entregaram os pelouros.

Referiu ainda que se há força política que se bate pela redução de taxas é a CDU, mas só vêm aqui de 15 em 15 dias e não têm juristas ao seu serviço, como a Sr.ª Presidente tem. Sugeriu que se ponha em execução o anterior regulamento enquanto se melhora o existente.

**A Sr.ª Presidente** pediu à Sr.ª Vereadora para concluir, seguindo-se uma troca de palavras entre ambas.

**A Sr.ª Vereadora Lara Lino** disse que também queria falar.

**A Sr.ª Presidente** disse que o município só falou no Sr. Vereador Aurélio e na Sr.ª Vereadora Alexandra, pelo que não lhe deu a palavra.

Voltou a lembrar as regras do Regimento e deu início ao período de antes da ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**A Sr.ª Presidente** deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

**A Sr.ª Vereadora Lara Lino** cumprimentou todos os presentes, e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

*“Sobre os munícipes falar apenas muito sucintamente de 3 intervenções:*

*1. Esclarecer o munícipe João Sousa que, quando refere as taxas nós efectivamente votamos a favor pois o que os munícipes vêm requerer é o pagamento em prestações o que obviamente votamos favoravelmente, no entanto aproveitamos para fazer uma declaração de voto justificada no facto de, se os munícipes pedem para pagar em prestações é porque não têm forma de pagar prontamente fazendo sentido a revisão em baixa das taxas.*

*2. Da intervenção do munícipe Vítor Rosa, lamentar mais uma queixa vinda dos comerciantes de São Pedro, mais uma vez parece que não temos consciência da realidade, já alertamos o executivo e penso que todos concordamos que S. Pedro ficou menos apelativo após os incêndios do ano passado bem como pela falta das piscinas e até das más condições da praia, e como é óbvio as condições dos comerciantes, devem ser revistas e consideradas sempre que possível.*

*3. Em relação ao munícipe João Granja dizer que estou inteiramente de acordo com o que nos trouxe acerca dos desfibriladores. Numa cidade com tantas modalidades e tantos jovens atletas eu propunha que fosse a câmara a adquirir e formar técnicos para utilização dos aparelhos, ao invés de ser incluído no orçamento participativo - considero que esta seria uma questão que a câmara devia assumir e prevenir os nossos clubes com este equipamento e obviamente apoiando a formação para utilização dos mesmos. Este assunto já não é novidade, já vários clubes alertaram para esta necessidade lamento e recomendo que sejam adquiridos os aparelhos.*

*Passando às questões que trazia:*

- Obras na escola do Pilado, sei que as obras não estão concluídas e os pais estão muito preocupados se a situação se arrasta até ao início das aulas, como aconteceu no ano passado ... Sr. Vereador as obras ficam concluídas até ao início das aulas??*
- Obras no JI das Trutas? Quais os motivos do atraso das obras? Em relação às areias, vão mesmo ser substituídas? Antes das obras estas já se encontravam em estado lastimável mas agora, com todo o entulho que lá foi depositado está obviamente completamente inviável. A substituição ou remoção vai ser feita e antes do início das aulas?  
Ainda sobre o JI das Trutas falta a conclusão da limpeza da área envolvente? Estamos a arrastar um problema até ao início do ano lectivo... A limpeza é necessária, já foi reconhecido pelo senhor vereador porque ainda não temos os terrenos envolventes limpos?*
- Passadiços de São Pedro - a obra terminou, tarde, quase fora da época balnear e ... já está com defeitos, como todos já vimos está um verdadeiro perigo. O que aconteceu? Porque foi escolhido aquele método de encaixe? A responsabilidade é da empresa? Como está este processo?*
- Transferência de competências – A lei quadro das transferências de competências, de 16 de agosto de 2018 prevê que a partir de 2019 e de forma gradual sejam transferidas para o município competências próprias nas áreas, por exemplo da educação; ação social; saúde; proteção civil; cultura; património; habitação; praias, gestão florestal e áreas protegidas; transportes e vias de comunicação; policiamento de proximidade; proteção e saúde animal; segurança dos alimentos; segurança contra incêndios; estacionamento público;*

*No entanto a lei quadro de transferência de competência não contempla o reforço financeiro necessário bem como o reforço de meios humanos técnicos para as autarquias, é tão só o despejar de responsabilidades para as autarquias sem que as mesmas tenham capacidades de toda a ordem para as executar.*

*A lei estabelece que até 15 de Setembro de 2018 as autarquias que não pretendam a transferência em 2019 comunicam à DGAL essa intenção após prévia deliberação deste órgão deliberativo;*

*Neste sentido questiono qual a posição deste executivo, qual a resposta que vai dar até 15 de Setembro, referindo desde já e atendendo aos moldes em que esta lei foi elaborada discordamos taxativamente da aceitação de competências por parte do município e propomos que a resposta seja neste sentido ou seja de não aceitação da transferência de competência para 2019, pelo que propomos que seja tomada uma deliberação neste sentido ou seja a não aceitação das competências.*

- *Na última reunião extraordinária abordou-se o assunto das refeições escolares, eu não estive presente, já tive oportunidade de ler a ata mas gostaria de questionar como está este problema, se está a correr tudo bem com o concurso, quando o mesmo termina e se teremos refeições a tempo.*

*Como a todos também a mim me preocupa muitíssimo esta temática, abordámos este assunto diversas vezes em reuniões de câmara, questionamos, pedimos e julgo que também a vereadora concordou e aceitou que o caderno de encargos havia de ser diferente para o ano 2018/2019 na perspectiva do preço base ser aumentado por forma a melhorar o serviço. Ora como é que chegamos aqui sem ainda empresa para as refeições escolares? Não entendo, não entendo e gostaria de esclarecimentos por parte da vereadora.*

- *CAFs e AFs – na última reunião questioneei a vereadora sobre o estado do concurso, se já tínhamos empresa para assegurar os serviços. Temos novidades? Sra. vereadora pergunto-me como é que depois de um ano lectivo como foi o do ano passado deixamos chegar a situação a este ponto. Que confiança podem os pais ter neste serviço? Que certezas têm os pais, que necessitam de soluções para depois do horário escolar, de que o serviço vai funcionar? Não consigo entender. Falámos disto tantas vezes nas reuniões. Pedimos para que os processos fossem tratados de forma atempada, por forma a que a empresa prestasse um melhor serviço este ano, temos o mau exemplo do ano passado mas isso não serviu de nada. Não serviu de nada... estamos na mesma ou pior.... os pais estão preocupadíssimos, já me fizeram chegar muitas questões e preocupações e com razão, faltam menos de 2 semanas para o início do ano lectivo e não temos respostas nem soluções para um serviço tão necessário e de tanta responsabilidade...”*

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes, e referiu o seguinte:**

- *Conservatórias – tem sido uma promessa sucessiva e ainda não aconteceu, pelo que pretende saber qual a resposta obtida à proposta da Sr.ª Presidente de instalar 4 postos de atendimento. É na Câmara?*
- *Lamentou a situação do Bambi e pediu à Sr.ª Presidente que lhe envie cópia do e-mail do ICNF, para perceber a razão para a Câmara não poder atuar. Pede também uma decisão sobre a questão da renda, referindo que a Sr.ª Presidente não deve ficar só pela questão jurídica mas também deve tomar uma decisão política, porque só quem conhece S. Pedro de Moel é que sabe que se o Verão é difícil o Inverno é ainda muito mais.*

- Sr. João Granja – assumiu um compromisso com o SC da Embra, na altura da campanha, caso fosse eleita, porque sabe que os clubes não têm capacidade financeira. A Câmara tem que assumir a questão como uma prioridade para a autarquia. A Câmara tem dinheiro e a vida humana não tem preço. A Sr.ª Presidente tem que assumir esse compromisso e tem que aproveitar a experiência destas pessoas, que têm conhecimentos na área, independentemente das suas posições políticas.
- Parabéns:
  - Protur, pelas iniciativas durante a época balnear, aproveitando bem o apoio;
  - Associação Moher, que também dinamizou eventos, apesar de não ter apoio da autarquia.Sugeriu que a Sr.ª Presidente e a Sr.ª Vereadora façam uma reunião com as associações de S. Pedro para promoverem iniciativas em conjunto.
- Realçou a homenagem ao Maestro Adventino Duarte.
- Gostou de saber que a Sr.ª Vereadora recebeu na Câmara o atleta Joel Colaço, embora os Vereadores da oposição não tenham sido convidados, o que não deixa de ser caricato uma vez que o apoio foi aprovado com os votos da CDU e do MpM.
- Sobre as CAF's e AAFA's, também pediu as mesmas informações que a Vereadora Lara Lino.
- Referiu a péssima imagem para o turismo com as roturas em S. Pedro de Moel.
- Pediu o ponto de situação sobre os pinheiros que foram plantados no Pinhal do Rei nas várias iniciativas e questionou que iniciativas a Câmara tem previstas.
- Também é de opinião de não aceitar as competências, é uma posição que tem que ser tomada e esta é a última reunião de Câmara para o fazer, tendo em conta o prazo estabelecido.
- Chamou a atenção para uma janela do mercado que está em perigo.
- Relembrou o pedido que tinha feito em que solicitava todos os e-mail's das chamadas de atenção do responsável do Estádio relativamente à situação dos relvados.

Nesta altura a **Sr.ª Presidente** retirou a palavra à Sr.ª Vereadora por ter excedido o seu tempo.

A **Sr.ª Vereadora** insistiu e disse que queria fazer um requerimento para a ata, mas a Sr.ª Presidente deu a palavra à Sr.ª Vereadora Patrícia Jorge.

**A Sr.ª Vereadora Patrícia Jorge cumprimentou todos os presentes, a Sr.ª Presidente, os colegas Vereadores, o público presente e aquele que assiste a esta transmissão, e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:**

*“Sendo esta a minha primeira presença na reunião de câmara, gostaria de afirmar o meu sentido de compromisso, responsabilidade e respeito com a função que estou a desempenhar, no estrito cumprimento do serviço público.*

### **1. São Pedro de Moel**

*O assunto que hoje pretendo abordar é sobre a praia de São Pedro de Moel, uma praia de referência no nosso concelho mas que, de ano para ano, parece mais abandonada e em cada Verão fica mais pobre de tudo aquilo que no passado a fez um ponto de referência nacional.*

*Todos temos conhecimento do impacto que o encerramento das piscinas e o estado de degradação das suas instalações implica para a praia de São Pedro, pelo que, penso que seria importante a autarquia dedicar-se a esta praia de modo a permitir que quem a frequenta ou quer frequentar seja agradavelmente acolhido.*

*Os **acessos à praia** não foram criados atempadamente, eu própria passei férias em São Pedro de Moel e verifiquei que somente após o meio do mês de agosto todos os corrimões que vedam a praia se encontravam concluídos, evidenciando falta de planificação. Aliás, este fim de semana constatei que continuam a haver corrimões a abanar, corrimões tortos e tábuas levantadas no passadiço de madeira por baixo dos corrimões.*

*O **corrimão de acesso** junto da rampa que é utilizada para quem vai ao terraço por cima do café da praia, esteve a maioria do tempo sem estar fixo, ou seja a abanar, e assim continua, constituindo um perigo para uma criança, idoso ou portador de cadeira de rodas que ao descer a rampa se apoia nele.*

**Quem faz a vigilância destes equipamentos e cria um alerta para a necessidade de arranjo dos mesmos?**

*Os **passadiços de madeira** estão irregulares, desencontrados, desnivelados e alguns apresentam-se com buracos e soltos, dificultando o acesso à praia, a circulação das pessoas, o uso dos carrinhos de bebés e das próprias crianças pequenas que, descalças ou com chinelos, têm muita dificuldade em fazer o seu caminho. Quem é responsável por acautelar que a praia se encontra bem cuidada e com condições de acessos em segurança.*

**Quem faz a fiscalização desta matéria?**

*Outra questão que também não é nova, prende-se com as **casas de banho** existentes na praia, representam uma vergonha! Sou mãe de crianças pequenas que durante este Verão entraram na casa de banho e não a conseguiram utilizar pois os cuidados de limpeza e higienização eram nulos.*

*Quantas vezes ao dia a limpeza é realizada? (incluindo a limpeza dos caixotes de lixo e colocação de rolos de papel). Constatou-se que as instalações estão sujas, com lixo por recolher, raramente têm sabonete líquido para lavar as mãos ou papel higiénico.*

**Questiono: Quem é responsável pela sua limpeza?**

*Durante o mês de Agosto, nas casas de banho das Senhoras era visível a existência de água espalhada no chão por baixo dos lavatórios, o que implica quem fosse lavar as mãos molharia os pés. Este fim-de-semana pude constatar que talvez fosse um cano roto, uma vez que, continuando o chão cheio de água, havia um balde por baixo de um dos lavatórios. Mas ninguém arranja a canalização? Permite-se que estas situações degradantes continuem por quanto tempo?*

**Questiono: Quem é responsável pela manutenção destes espaços?**

*A CM tem conhecimento da dificuldade dos utilizadores de televisão em São Pedro de Moel que não tendo instalada televisão por cabo e pretendem ver televisão através do sinal da TDT? As falhas de sinal são muitas e há dias consecutivos em que não se consegue apanhar sinal.*

*Tenho conhecimento de que muitos destes utilizadores já contactaram a empresa instaladora da TDT, porém estes somente afirmam que a zona não é boa na captação de sinal.*

***Considerando as competência da câmara municipal há já algum processo na Câmara Municipal para solicitar a intervenção dos responsáveis nesta matéria no sentido para resolverem este problema?***

***São problemas simples de resolver e que a sua correção permitia projetar a imagem de uma praia mais bonita, planificada e segura, ao invés deste aspeto descuidado e abandonado.***

## ***2. Piscinas de São Pedro de Moel***

*Para terminar que apenas queria questionar a Sr.ª Presidente qual o ponto de situação das piscinas de São Pedro de Moel. Fala-se na rua que houve recentemente reuniões com os proprietários daquele imóvel. Será que a Sr.ª Presidente pode informar este órgão sobre o estado deste processo?"*

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa, e referiu o seguinte sobre as intervenções dos munícipes:**

*"- Sr. João Carlos Gomes de Sousa*

*Quanto à apresentação de regulamentos, ou a sua alteração, eu já propus por diversas vezes a este executivo permanente e não foi aceite. Um exemplo tem a ver com o Regulamento do Orçamento Participativo que hoje aqui foi referido, onde nós propusemos alteração ao regulamento, que não foi aceite, e se o tem sido, evitaríamos situações como a que hoje aqui vimos. Também já propusemos que a Sra Presidente agendasse a apresentação de abertura de procedimento numa alteração a um regulamento, mas a Sra Presidente não agendou.*

*Sobre a questão das isenções de taxas na ARU, existe um regulamento que contém essas informações, e por isso, sugiro que analise esse regulamento para verificar se está a ser cumprido. A revisão das taxas no nosso município já devia ter sido feito há muito, dados os valores exorbitantes que algumas destas taxas têm, apenas como exemplo uma fotocópia custar quatro euros.*

*- Sr. João Granja*

*Temos de reconhecer o mérito da proposta apresentada pelo cidadão João Granja, no âmbito do Orçamento Participativo, sobre a instalação de Desfibrilhação Automático Externo (DAE) nos espaços públicos do nosso concelho, que fez o alerta para que a Câmara Municipal cumprisse o que está previsto na lei. Mas não pode ficar previsto apenas para o estádio, pois deve ser instalado nos pavilhões, nas piscinas, nas escolas, no cinema, nas praias. Se não for antes vou propor que se inclua no orçamento 2019, para protegermos os nossos concidadãos."*



**Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:**

*1. Felicitações (reconhecimento público de mérito)*

*1.1. Felicitar o marinhense João Colaço, por ter terminado nos primeiros 16 lugares, a Ultra Maratona Grã-Bretanha, atravessando a Escócia de oeste a este, num total de 345 km, com um desnível positivo de 7.648 metros. Foi o único português a terminar, em 78h35 (havia um limite de 100 h), onde mais de metade dos inscritos não chegou ao fim.*

*1.2. Felicitar os marinhenses Eurico Nicolau e Ivan Caçador por terem sido considerados “a melhor dupla de árbitros de andebol”, na Gala da Federação de Andebol. Recordo que é a sétima vez que lhes é atribuído este galardão.*

*1.3. Felicitar a equipa sénior feminina do SIR 1º de Maio, pela presença na supertaça nacional, embora perdendo para a equipa da Madeira SAD, que para se entender a dimensão, ganhou o trofeu pela 20.ª época consecutiva.*

*2. Munícipes*

*É nosso dever questionar sobre problemas que os munícipes nos dão conhecimento. São eles a razão de eu estar aqui. Têm sido muitos os que me abordam (e cada vez mais) e por isso gostaria que me informassem, para lhes dar conhecimento.*

*2.1. Sr. Luís Mendes – Rua Álvaro Domingues*

*Este munícipe alertou para este problema mais de meia dúzia de vezes e nada foi feito naquela rua. Agora questiona: “Gostaria de saber porque é que após 6 meses passados do primeiro contacto não houve sequer uma resposta da vossa parte?”*

*O Sr. vereador Caetano referiu aqui na reunião que a empresa que estava a fazer as obras da Rua do Salgueiro antes de ir embora iria à Rua Álvaro Domingues resolver o problema, e tal não aconteceu.*

*Por que motivo se dão informações aos munícipes que depois não são para cumprem? Nem sequer respostas.*

*3. ASSUNTOS DIVERSOS*

*3.1. Edifício da Resinagem*

*Faz este mês 5 anos que foi inaugurado. A garantia termina agora. Este executivo permanente quer que seja a câmara a pagar os erros dos outros. É indecente que tal se verifique e só por motivos que desconheço pode estar a acontecer tal situação, com custos para o erário público.*

*Os problemas estruturais de construção são evidentes e neste momento há alguns que afetam o quotidiano de quem ali vai ou trabalha.*

*Mas existem problemas de manutenção que esta câmara desleixou. Por exemplo: o ar condicionado nunca funciona; em todo o edifício existe humidade (a madeira que forra parte das paredes está escura e as paredes pintadas estão a ficar com bolor); existem sanitas partidas; a porta de acesso a gabinetes está sem puxador (a madeira da mesma, encontra-se podre); Existem portas com fechaduras em mau estado; a janela da sala da frente está a cair; A chuva entra pelas clarabóias dos corredores e pelas portas do front office (sempre que chove formam-se poças de águas nos corredores, os tapetes das entradas principais para o edifício ficam de tal forma submersos em água, que os nossos pés afundam).*

*Apresento um requerimento para que me seja disponibilizado o relatório que foi feito sobre os problemas identificados.*

### *3.2. Infraestruturas desportivas – os problemas neste desporto foram imensos.*

*- relvados naturais – foram abandonados pelos responsáveis da câmara. Porquê a Sra. presidente e a Sra. vereadora do desporto não deram ouvidos ao que dizia o técnico que está no estádio? Foram negligentes e está a custar dezenas de milhares de euros ao erário público, dos impostos dos municípios. Para além dos problemas que estão a criar aos clubes.*

*- relvado sintético – passaram 3 anos, 3 concursos públicos de mais de 100.000,00€, ainda não está pronto para o início de época. O Sr. vereador Caetano, responsável por estas obras, não fez o trabalho quando devia, e, neste momento que a época já começou, continua sem poder ser utilizado pelos clubes. Não vale a pena dizer que vai fazer, tem de fazer em tempo.*

*- pavilhão Nery Capucho – o caderno de encargos foi mal elaborado, a obra foi iniciada tardiamente mesmo com o impedimento da escola ter aulas de educação física, incapacidade de ter a obra a tempo dos treinos da equipa de andebol feminino que disputou a 26 de agosto a supertaça e da câmara não ter encontrado solução. Responsabilidade do vereador Caetano e da vereadora Célia. Será que a escola vai recomeçar sem ter pavilhão para a educação física?*

*Com o impedimento de usar este pavilhão da Nery, a equipa sénior feminina do SIR 1º de Maio viu-se impossibilitada de ali treinar e, teve de pagar para ir treinar a outro pavilhão, quando esta responsabilidade era da Câmara, logo devia ter assumido esses custos, como fez com o Marinhense e a Academia, nos relvados.*

*- A câmara encontrou uma solução, que treinassem no Pavilhão 3 da FAE. Mas, a Sra. Vereadora Célia, impôs condicionalismos que são algo de bradar aos céus, e só podem ser feitos por quem não tem noção do que é o andebol de competição e por outro lado não percebe nada de pavimentos desportivos. Exigiu que as atletas não usassem resina nem as bolas utilizadas pudessem ter resina. A Sra. vereadora Célia, tem noção do que representa uma equipa de andebol de alta competição não poder usar resina? O SIR 1º de Maio teria de comprar bolas novas, sem resina, para treinar na FAE?*

*Estamos a falar de algumas andebolistas da seleção nacional que não podem usar resina, porque a Câmara não permite a sua utilização nos seus pavilhões. Seria o mesmo que dissesse ao Joel Colaço, que a Sra. vereadora quis receber aqui no Salão Nobre em privado, vá-se lá saber porquê, e lhe dissesse que teria de combater, mas sem luvas. Será que também vão exigir aos futebolistas que vão utilizar o relvado do estádio, que têm de usar botas sem pitons, para não estragar a relva?*

*Mas afinal porque não podem as andebolistas utilizar resina? É para não estragarem o piso? Saberão a Sra. presidente e a Sra. vereadora do desporto, que por acaso é professora de educação física, que o pavimento que está na FAE, é utilizado em todo lado por equipas de andebol que usam resina? É ainda mais caricato quando a supertaça realizada no Fórum de Braga, com a presença da equipa do SIR 1º de Maio, que foi impedida de usar resina no pavimento da FAE, foi jogada num pavimento igual ao que está na FAE. Será que as jogadoras também foram impedidas de usar resina? Ou o pavimento em Braga depois do jogo, tinha tanta resina que foi deitado para o lixo?*

*Temos poucos espaços desportivos no concelho (O Moitense teve de ir treinar num pavilhão fora do concelho), e os que temos, este executivo permanente cria dificuldades na utilização por não estarem operacionais, ou porque não podem ser utilizados.”*

Nesta altura a **Sr.ª Presidente** voltou a chamar a atenção para o tempo previsto para as intervenções no período de antes da ordem do dia, que já foi ultrapassado, pedindo aos Srs. Vereadores para que sejam sucintos. Referiu ainda que deste modo ficou sem tempo para lhes dar resposta, pelo que as irá dar por escrito, ficando depois anexas à ata.

**Todos os Srs. Vereadores** protestaram, porque o tempo previsto para o período de antes da ordem do dia ainda não foi ultrapassado.

A **Sr.ª Presidente** voltou a lembrar o Regimento e o facto de os Srs. Vereadores não utilizarem o seu tempo dentro da regra. O público cumpriu dentro do seu tempo mas os Srs. Vereadores não o fizeram.

Seguidamente deu a palavra à **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** para ditar o seguinte requerimento para a ata:

*“Neste momento a Sr.ª Presidente deu por encerrado o período de antes da ordem do dia informando que daria todas as respostas posteriormente por escrito.*

*Tendo em conta que o nosso Regimento prevê para o período de antes da ordem do dia 60 minutos e que o período foi aberto às 15:54 h, sendo neste momento 16:40 h, verificamos não ter ainda sido ultrapassados os 60 minutos legalmente previstos.*

*Requeremos que seja junta à ata da reunião a transcrição da gravação da posição da Sr.ª Presidente relativamente ao encerramento do período, lamentando profundamente que independentemente desta questão do tempo a Sr.ª Presidente queira transformar esta Câmara na casa dos horrores em vez de na casa da democracia.*

*As reuniões têm que ser conduzidas dentro, naturalmente, do Regimento, sendo certo que tratando-se de assuntos de interesse para o concelho tem que haver da parte de quem dirige os trabalhos a flexibilidade necessária para que as questões fiquem devidamente esclarecidas.*

*Não é, infelizmente, o caso da Sr.ª Presidente.”*

**Este requerimento foi subscrito pela Sr.ª Vereadora Lara Lino e também pelos Srs. Vereadores do MpM.**

A **Sr.ª Presidente** respondeu o seguinte:

*“Iniciei a reunião de Câmara lembrando o que consta do Regimento, dando o uso da palavra de 5 minutos aos munícipes lendo exatamente o que consta do regulamento.*

*Com a atribuição deste período de até 1 hora, lembrei também que a intervenção dos Srs. Vereadores é de 8 minutos cada e é esse o esforço que tentei que se cumprisse, pois o que pretendo é ver cumprido o Regimento tal como é meu dever e competência.*

*Foi referido pela Sr.ª Vereadora Alexandra que este espaço é uma casa dos horrores em vez de casa de democracia. Lembro que democracia é o respeito por todos e pelas regras que nos regem. Quando a mesma fala em flexibilidade necessária foi exatamente o que fiz quando no período dos munícipes, naquilo que se poderia entender como defesa da honra, os Vereadores em causa intervieram extravasando este tipo de resposta aos munícipes, fazendo tão só aproveitamento político das questões aqui elencadas, no meu entender não se cingindo às questões que foram colocadas.*

*Ao querer referir que iria dar cumprimento ao tempo para esta intervenção alertei de seguida que temos o período da ordem do dia ao qual poderá haver necessidade, para esclarecimento de algum assunto, dos técnicos desta autarquia, que terminam o seu horário às 17:30 h, por isso as reuniões têm que ser mais produtivas.*

*Relativamente às questões elencadas pelos Srs. Vereadores ao executivo em tempo de permanência o que queria referir é que após o período das 2 horas as questões que não fossem possível ser respondidas fá-lo-íamos por escrito, pelo que solicito esta retificação.”*

**Seguidamente a Sr.ª Presidente respondeu o seguinte às questões colocadas pela Sr.ª Vereadora Lara Lino:**

- Piscinas de S. Pedro – todos sentem a falta, são propriedade privada e foi feita uma reunião com os proprietários para saber o que pretendem fazer. Depois disso tem levado ao local membros do Governo, nomeadamente a Secretária de Estado do Ambiente. Houve uma reunião na Secretaria de Estado do Ordenamento do Território, com técnicos da Câmara e também da APA, entendendo estes técnicos que não era viável para aquele local o que os proprietários pretendiam, indicando o que seria possível, esperando-se neste momento que a empresa analise e entregue nova proposta para o local.

O Sr. Vereador Aurélio perguntou se era possível enviar cópia desse projeto.

A Sr.ª Presidente disse que até o podia mostrar no intervalo da reunião.

**Seguidamente deu a palavra ao Sr. Vereador Carlos Caetano, que respondeu ao seguinte:**

- Escola do Pilado – da lista faltam resolver 2 questões, e a informação que tem é que a escola estará concluída no início das aulas.
- Escola das Trutas – as obras estão a decorrer, apesar de terem parado a semana passada, porque a empresa não apareceu durante 2 dias e os problemas seriam financeiros, para a compra de materiais, porque é uma empresa pequena. A Câmara fez autos de medição, fez um pagamento e agora está tudo a correr como previsto. Junto à escola a limpeza está feita, falta apenas cortar 2 árvores e depois mais tarde fazer a limpeza da vala.

**A Sr.ª Presidente prosseguiu respondendo o seguinte:**

- Passadiços e corrimão – disse que tem a informação de algum vandalismo, a empresa continua lá a reparar e os serviços da Câmara estão a acompanhar.

A Sr.ª Vereadora Lara Lino esclareceu que é o passadiço nas Pedras Negras.

A Sr.ª Presidente disse que vai anotar para ver melhor.

- Competências – a Sr.<sup>a</sup> Presidente informou que vieram comunicações de que o prazo de 2019 não era aceitável, será até 2021, e está a ser visto na Assembleia da República no sentido de as autarquias irem aceitando competências setoriais. Clarificou que não tem que se dar resposta até 15 de setembro.

A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra** pediu a clarificação desta informação.

A **Sr.<sup>a</sup> Presidente** leu a comunicação do Ministério da Administração Interna sobre a matéria, e referiu que cada diploma setorial a aprovar na Assembleia da República determinará a data para resposta das autarquias.

A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que quer que fique em ata o que dispõe o artigo 4.º, n.º 2, alínea a) da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que é o seguinte:

*“Artigo 4.º*

*Concretização da transferência das competências*

*(...)*

*2 - A transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais é efetuada em 2019, admitindo-se a sua concretização gradual nos seguintes termos:*

*a) Até 15 de setembro de 2018, as autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2019 comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido”.*

A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora** referiu que se depois disto há uma nova interpretação, desconhece, pelo que pediu à Sr.<sup>a</sup> Presidente, assim como os restantes Srs. Vereadores, o envio da comunicação que define os novos prazos para a resposta das autarquias bem como a sua posição sobre o assunto.

A **Sr.<sup>a</sup> Presidente** referiu que já falou com o Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de fazerem uma discussão mais alargada sobre a transferência de competências.

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia Guerra respondeu o seguinte:**

- Alimentação escolar – deixou dados sobre o procedimento no ano letivo anterior e o concurso público internacional deste ano. Informou que foi lançado um concurso para o período intermédio, não podendo a Câmara ser responsabilizada por não se ter alcançado uma proposta no concurso público internacional.
- Relativamente às CAF's e AAAP's referiu que o mau serviço prestado anteriormente serviu, porque a Câmara fez grandes alterações no caderno de encargos, com mais atividades e o aumento do valor.
- Sr. Carlos Franco – a resposta dada foi correta, a própria Associação já há muito tinha sido informada de que estavam em falta esses documentos. Informou ainda que já mandou fazer um ofício a pedi-los.

**Foram ainda respondidas as seguintes questões:**

- Conservatória – a **Sr.<sup>a</sup> Presidente** respondeu que não tem nenhum prazo, o que quer é ver resolvida a situação que se arrasta desde 2010, mas não depende só da

Câmara. Sobre os 4 postos de atendimento foi entendido que seria melhor trazê-los para o centro da cidade do que para qualquer outro lado. Mostrou o espaço da Resinagem a dois representantes do IRN que vieram ver como se instalariam os 4 postos até se concluírem as obras do ATRIUM.

- Referiu que há questões que terão que ser respondidas por escrito, como seja o envio de cópias de documentos.
- Desfibrilhador – já informou dos procedimentos.
- Pinheiros – vai pedir as informações ao ICNF e depois fá-las-á chegar.
- Roturas de S. Pedro – o **Sr. Vereador Carlos Caetano** referiu que aconteceram todas na adutora dos Altos Picotes.
- Estádio – a **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** informou a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho que vai responder ao seu requerimento e enviar os e-mail's referentes ao funcionamento do Estádio.

Sobre a questão da resina informou que aquilo que sugeriu foi a utilização de outro tipo de resina.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que se a Sr.ª Presidente não responder, a qualquer Vereador ou a qualquer munícipe, no prazo de 15 dias, fará queixa. Já que a Sr.ª Presidente é inflexível nos prazos agora também irá ser inflexível.

A **Sr.ª Presidente** discordou e disse que se fosse inflexível não deixava a Sr.ª Vereadora interromper como habitualmente o faz.

- Casas de banho de S. Pedro – a **Sr.ª Presidente** informou que a limpeza é da responsabilidade da Junta de Freguesia e que vai fazer chegar estas observações, porque talvez não tenham conhecimento, no sentido de se poder melhorar a situação.
- Passadiços da praia – é a Câmara que ajuda a colocar. Vai ver o que se pode fazer para melhorar a situação.
- Sinal de TDT – não tem conhecimento. Vai ver o que a Câmara pode fazer para melhorar.
- Garantia da Resinagem – segundo a informação que tem não termina no prazo de 5 anos. O problema é o relatório com as deficiências e a quem cabe a responsabilidade para reparar (dono da obra ou empresa).

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** voltou a pedir o relatório assim como a informação sobre o prazo da garantia.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** referiu que neste contrato, não sabe porquê, a garantia é de 10 anos.

- Relvados naturais – a **Sr.ª Presidente** informou que no início do mandato já havia um infestante e tem-se vindo a acompanhar a situação desde então.
- Relvado sintético n.º 3 – o **Sr. Vereador Carlos Caetano** informou que se mantém a data de 23 de Setembro para início de utilização.

A **Sr.ª Presidente** deu por concluído o período de antes da ordem do dia e voltou a referir que são 17:30 h e os serviços terminam agora o seu horário de trabalho. Seguidamente interrompeu a reunião das 17:30 horas às 17:55 horas, para intervalo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **ORDEM DO DIA**

### **CÂMARA**

#### **1. Aprovação da ata n.º 27, da reunião ordinária do dia 13 de agosto de 2018**

772 - Presente a ata n.º 27, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 13 de agosto de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Patrícia Jorge, por não ter estado presente na reunião.**

#### **2. Aprovação da ata n.º 28, da reunião extraordinária do dia 24 de agosto de 2018**

773 - Presente a ata n.º 28, da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 28 de agosto de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 3 abstenções do Sr. Vereador Aurélio Ferreira e das Sr.ªs Vereadoras Lara Lino e Patrícia Jorge, por não terem estado presentes na reunião.**

### **FINANÇAS, CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**

#### **3. Resumo de Tesouraria do dia 28 de agosto de 2018**

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia vinte e oito de agosto de dois mil e dezoito, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **15.231.757,43€** (quinze milhões, duzentos e trinta e um mil, setecentos e cinquenta e sete euros e quarenta e três centimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

#### **4. 20.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018**

774 - Presente proposta da 20ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

**18.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2018** no valor de 189.999,00 euros nos reforços e de 189.999,00 euros nas anulações.

**16.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2018** no valor de 88.515,00 euros nos reforços e de 88.515,00 euros nas anulações.

**16.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2018** no valor de 84.985,00 euros nos reforços e de 116.065,00 euros nas anulações.

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, **a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, delibera aprovar a 20.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **5. Protocolos de colaboração - Acesso aos refeitórios dos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Nascente e Poente – Ano Letivo 2018/2019**

775 - Presente a informação n.º I/1364/2018 e as deliberações, da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, de 27/06/2018 e 06/07/2018, respetivamente.

Considerando que o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente e o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, nas suas áreas de atuação, possuem refeitórios escolares, para fornecer a totalidade das refeições, aos alunos identificados na referida informação da DCD.

Considerando que nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Despacho n.º 8452-A/2015 do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, publicado a 31 de julho de 2015, na 2.ª série do Diário da República, o fornecimento de refeições escolares a crianças que frequentam a educação pré-escolar e aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, cuja competência é dos Municípios, pode ser realizada em refeitórios escolares do ensino básico (2.º e/ou 3.º ciclos), mediante a celebração de protocolos entre os agrupamentos, os Municípios e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

Considerando que o fornecimento de refeições nos refeitórios dos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Poente e Nascente é realizado através de empresa externa a contratar pela DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares), tendo sido celebrado com esta entidade Protocolo de Fornecimento de Refeições Escolares a Crianças da Educação Pré-escolar / alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, o qual já foi objeto de um aditamento e que se anexam.

Considerando que é da competência do Município nos termos da alínea hh), do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, assegurar o fornecimento de refeições escolares.



Considerando que a administração central e as autarquias locais podem estabelecer entre si formas adequadas de parceria para melhor prossecução do interesse público, de acordo com a alínea r) artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Considerando que o fornecimento de refeições nos refeitórios dos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Poente e Nascente é realizado através de empresa externa contratada pela DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares), tendo sido emitido o compromisso n.º 1281/2018 e a contração de dívida n.º 5680, atento o preceituado no n.º 3 do art.º 5º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual.

**Assim, a Câmara Municipal delibera de acordo com a competência prevista na alínea hh) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar as minutas de Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente NIPC 600 076 768 e o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Nascente NIPC 600 075 761, para o ano letivo 2018/2019.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **TAXAS, PREÇOS E IMPOSTOS**

### **6. Isenção do pagamento de taxas**

776 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

A **Sociedade Desportiva e Cultural de Trutas**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização dos festejos anuais nos dias 28, 29 e 30 de setembro de 2018;
- Publicidade alusiva ao evento.

A **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para instalação e funcionamento de circo nos dias 7, 8, 9 e 10 de setembro de 2018;
- Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados;
- Publicidade alusiva ao evento.

Presentes a informações nºs 64/AF e 65/AF de 8 de agosto de 2018, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no

concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Sociedade Desportiva e Cultural de Trutas e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído, da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado e das licenças de publicidade.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **7. Autorização para pagamento de taxas em prestações**

777 - Presentes os requerimentos:

- registo de entrada E/5781/2018 em que Teresa Maria de Sousa Figueira, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 314 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

- registo de entrada E/6894/2018 em que Maria Teresa Barosa Salvado Alves, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1206 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

- registo de entrada E/7416/2018 em que Ruben Miguel Galo Suordem, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1121 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no nº 2 do citado artigo.

Presentes as informações nº 10/AF, 11/AF e 12/AF de 27 de agosto de 2018, onde se confirma que os pedidos estão instruídos e acompanhados dos elementos previstos no nº 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

**Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Teresa Maria de Sousa Figueira, o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 314 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais, a Maria Teresa Barosa Salvado Alves o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1206 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais e a Ruben Miguel Galo Suordem o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1121 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais.**

**Mais delibera anular a guia de receita nº 7624/2/2018 de 22/06/2018, no valor de 1.000,00€, em nome de Maria Teresa Barosa Salvado Alves, emitida na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 1206 e a guia de receita nº 9136/2/2018 de 31-07-2018, no valor de 1.000,00€, em nome de Ruben Miguel Galo Suordem, emitida**

na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 1121, para que sejam emitidas as guias de receita referentes às prestações.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**As Sr.ªs Vereadoras da CDU, Alexandra Dengucho e Lara Lino, proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“As vereadoras do PCP, Alexandra Dengucho e Lara Lino declaram votar favoravelmente a autorização para pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua em 8 prestações mensais no entanto entendem apresentar os seguintes considerandos:*

- Desde há vários anos que o PCP tem vindo a propor a revisão em baixa da Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, não concordando com os valores praticados atualmente.*
- Neste ponto em concreto, a taxa para a concessão da sepultura perpétua sofreu um aumento de cerca de 330%, passando de 300€ para 1000€, considera-se este aumento completamente abrupto e inadequado.*
- É evidente o esforço que este aumento obriga às famílias, que se confirma pelos sucessivos pedidos de pagamento em prestações.*

*Esta é uma decisão de carácter social, que deve ser revista com a máxima urgência, ajustada às condições de vida da população de Marinha Grande pelo que se propõe a revisão em baixa das Taxas Municipais.”*

## **OBRAS PÚBLICAS**

**8. Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho – Concurso público n.º 15/2017 - Aprovação de trabalhos de suprimento de erros e omissões e trabalhos a mais. Aprovação de minuta de contrato**

778 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Através de deliberação camarária, de 01 de agosto de 2018, foram aprovados trabalhos de suprimento de omissões e trabalhos a mais, no âmbito da empreitada de “Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho”.

O adjudicatário foi notificado para apresentar os documentos de habilitação e prestar caução, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.

Em 22 de agosto corrente, foram apresentados os documentos de habilitação e prestada a caução.

Nestes termos, estão reunidas as condições para que a Câmara Municipal proceda à aprovação da minuta do contrato, de acordo com o artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

**Assim, a Câmara Municipal delibera aprovar a minuta de contrato a celebrar no âmbito do procedimento supra referido, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**9. Reabilitação e Promoção da Acessibilidade no Largo da República - Vieira de Leiria - Concurso público n.º 04/2016 - Revisão de Preços**

779 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação da DISU, com a referência smv/12/2018, propondo a aprovação da revisão de preços da empreitada em epígrafe no valor de 3.024,17€ (três mil, vinte e quatro euros e dezassete cêntimos), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no nº1 do art. 382º do Código dos contratos Públicos e do Decreto -Lei nº 6/04, de 6 de janeiro.

**Assim, a Câmara Municipal concordando com a informação smv/12/2018, que fica anexa e que aqui se dá por integralmente reproduzida delibera aprovar a revisão de preços da empreitada “Reabilitação e Promoção da Acessibilidade no Largo da Republica - Vieira de Leiria- Concurso público n.º 04/2016”, realizada pela firma Franco & Ruben, Construções Lda, no valor de 3.024,17€ (três mil, vinte e quatro euros e dezassete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no nº1 do art. 382º do Código dos contratos Públicos e do Decreto -Lei nº 6/04, de 6 de janeiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**10. Requalificação da Rua e Travessa do Mirante - Concurso público n.º 17/2018 - Ratificação de despacho**

780 - O Sr.º Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

*Presente Despacho nº 348/2018, de 17 de agosto, do Sr.º Vice-Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor integral:*

*Presente informação da DOT, com referência CS/62/2018, de 10 de agosto, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe, na sequência da apreciação de uma lista de erros e omissões e a aprovação de um novo mapa de quantidades final, sem alteração do preço base.*

*Considerando que o prazo de apresentação de propostas continua a correr, independentemente da tomada de decisão sobre a lista de erros e omissões;*

*Tendo em conta que a apresentação de listas de erros e omissões pelos interessados constitui um dever e representa uma forma de participação na definição objetiva e rigorosa dos termos do projeto de execução e da sua conformidade com a obra a realizar;*

*Atendendo a que estas listas têm ainda um propósito de controlo de custos prevenindo eventuais acréscimos futuros de trabalhos na execução da obra;*

*Levando em conta que a requalificação da Rua e Travessa do Mirante constitui uma intervenção urgente, há muito reclamada pelos moradores e que deve iniciar-se com a maior brevidade;*

*Decido, de acordo com o artigo 50.º, n.º 5, alínea b), do Código dos Contratos Públicos e de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com o artigo 57.º, n.º 3, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, em conformidade com a*

*informação da DOT, com referência CS/62/2018, de 10 de agosto, na sequência de apreciação da lista de erros e omissões apresentada por um interessado, aprovar o mapa de quantidades final, sem alteração do preço base.*

*O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal na sua próxima reunião.*

**A Câmara Municipal, de acordo com os artigos 33.º, n.º1, alínea f) e artigo 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera ratificar o despacho transcrito.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**11. “Beneficiação da Rua do Repouso - 2ª Fase” – Concurso Público N.º 04/2018 – Aprovação de trabalhos a menos.**

781 - Presente para análise aprovação dos Trabalhos a Menos da obra de “*BENEFICIAÇÃO DA RUA DO REPOUSO - 2ª FASE*”, adjudicada à firma “*Construções António Leal, S.A.*”.

Presente informação técnica com a ref.ª LS.48.2018, data de 07/08/2018, através da qual se identificam as disparidades entre as quantidades de trabalho estimadas inicialmente e as que foram efetivamente necessárias para consolidar a solução preconizada em projeto. Estas traduzem-se numa supressão de trabalhos no valor de 19.048,50€ (dezanove mil e quarenta e oito euros e cinquenta cêntimos).

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica a LS.48.2018, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, aprovar os trabalhos a menos da empreitada de “*BENEFICIAÇÃO DA RUA DO REPOUSO - 2ª FASE*”, adjudicada à firma “*Construções António Leal, S.A.*”, nos termos do disposto no artigo 379º do CCP.**

**A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**12. Requalificação e eficiência energética da piscina Municipal de Vieira de Leiria - Concurso Público n.º 06/2018 - Aprovação de trabalhos complementares**

782 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação com referência MF/45/2018, de 27 de agosto, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe a aprovação de trabalhos a menos e trabalhos complementares (circunstâncias não previstas e circunstâncias imprevisíveis), no âmbito da empreitada de “Requalificação e eficiência energética da piscina Municipal de Vieira de Leiria”, no valor, respetivamente, de 3.761,56€ (três mil setecentos e sessenta e um euros e cinquenta e seis cêntimos), de 19.815,14€ (dezanove mil, oitocentos e quinze euros e catorze cêntimos) e de 21.159,18€ (vinte e um mil, cento e cinquenta e nove euros e dezoito cêntimos).

**Assim, a Câmara Municipal, em conformidade com o proposto pelos serviços e nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos artigos 370.º, 373.º, 374.º e 378.º, todos do Código dos Contratos Públicos, no âmbito do contrato de empreitada**

de “Requalificação e eficiência energética da piscina Municipal de Vieira de Leiria”, em que é cocontratante a empresa SGCoin, SA, delibera aprovar:

- a) Trabalhos a menos, no valor total de 3.761,56€ (três mil setecentos e sessenta e um euros e cinquenta e seis cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- b) Trabalhos complementares de natureza não prevista, a preços contratuais, no valor de 1.406,63€ (mil, quatrocentos seis euros e sessenta e três cêntimos), e trabalhos de natureza não prevista, a preços acordados, no valor 18.408,51€ (dezoito mil, quatrocentos e oito euros e cinquenta e um cêntimo), o que perfaz um total de 19.815,14€ (dezanove mil oitocentos e quinze euros e catorze cêntimos) a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- c) Trabalhos de complementares de natureza imprevisível, a preços acordados, no valor total de 21.159,18€ (vinte e um mil, cento e cinquenta e nove euros e dezoito cêntimos) a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- d) A fixação do prazo de execução em 15 dias e a consequente prorrogação do prazo de execução inicial da empreitada pelo mesmo período de tempo;
- e) A minuta do contrato adicional a celebrar.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

### **13. Alargamento da Rua do Repouso – 2.ª fase – Cedência de 128,70m² de terreno integrado na Herança de Alice da Conceição Ribeiro**

783 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para o alargamento da rua do Repouso – 2.ª fase, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio rústico integrado na herança de Alice da Conceição Ribeiro, representada por Joaquim Alves Duarte, na qualidade de Cabeça de Casal, NIF 115 228 419, que confronta a Norte com Joaquim Elias Ribeiro e outro, a Sul com Caminho, a Nascente com José Dinis Pedro e outro e a Poente com Caminho, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 3475. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno de 128,70 m², solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a execução de acesso à propriedade com uma largura mínima de 3,00m em local a indicar pelo proprietário aquando a sua execução.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 128,70m², do prédio rústico integrado na herança de Alice da Conceição Ribeiro, representada por Joaquim Alves Duarte, na qualidade de Cabeça de Casal, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 3475, que confronta a Norte com Joaquim Elias Ribeiro e Outro, a Sul com Caminho, a Nascente com Arruamento e a Poente com proprietário, para a requalificação da rua do Repouso – 2.ª fase, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se a execução de acesso com uma largura mínima de 3,00m, em local a indicar pelo proprietário aquando a execução, conforme consta da ficha de contacto assinada pelo proprietário e pelo então Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**14. Alargamento da Rua do Repouso – 2.ª fase – Cedência de 124,00m² de terreno integrado na Herança de Francisco Gouveia**

784 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para o alargamento da rua do Repouso – 2.ª fase, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio rústico integrado na herança de Francisco Gouveia, representada por Guilhermina Gomes, NIF 111 314 070, que confronta a Norte com Joaquim João Margarido, a Sul com José Pereira Duarte, a Nascente com Caminho Publico e a Poente com Joaquim Duarte (poços), inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 4949. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno de 124,00 m², solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a execução de acesso à propriedade com uma largura mínima de 3,00m em local a indicar pelo proprietário aquando a sua execução. Os cepos serão carregados no transporte do proprietário que os deslocará para sua casa.

**A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 124,00m², do prédio rústico integrado na herança de Francisco Gouveia, representada por Guilhermina Gomes, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 4949, que confronta a Norte com Joaquim João Margarido, a Sul com José Pereira Duarte, a Nascente com Arruamento e a Poente com Guilhermina Gomes, para a requalificação da rua do Repouso – 2.ª fase, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se a execução de acesso com uma largura mínima de 3,00m, em local a indicar pelo proprietário aquando a execução, os cepos serão carregados no transporte do proprietário que os deslocará para sua casa, conforme consta da ficha de contacto assinada pelo proprietário e pelo então Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**15. Alargamento da Rua do Repouso – 2.ª fase – Cedência de 51,00m² de terreno integrado na Herança de Jacinto Duarte Lopes**

785 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para o alargamento da rua do Repouso – 2.ª fase, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio rústico integrado na herança de Jacinto Duarte Lopes, representada por Duarte Lopes Pedro, NIF 159 868 904, que confronta a Norte com José Duarte Pereira, a Sul com José Pereira Duarte, a Nascente com Caminho Publico e a Poente com Conceição Pedro, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 4886. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno de 51,00 m², solicitando que a área cedida para domínio público tenha como

contrapartida a execução de acesso à propriedade com uma largura mínima de 3,00m em local a indicar pelo proprietário aquando a sua execução.

**A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 51,00m<sup>2</sup>, do prédio rústico integrado na herança de Jacinto Duarte Lopes, representada por Duarte Lopes Pedro, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 4886, que confronta a Norte com José Duarte Pereira, a Sul com José Pereira Duarte, a Nascente com Arruamento e a Poente com Herdeiros de Jacinto Duarte Lopes, para a requalificação da rua do Repouso – 2.ª fase, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se a execução de acesso com uma largura mínima de 3,00m, em local a indicar pelo proprietário aquando a execução, conforme consta da ficha de contacto assinada pelo proprietário e pelo então Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**16. Alargamento da Rua do Repouso – 2.ª fase – Cedência de 194,10m<sup>2</sup> de terreno integrado na Herança de Jacinto Duarte Lopes**

786 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para o alargamento da rua do Repouso – 2.ª fase, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio rústico integrado na herança de Jacinto Duarte Lopes, representada por Duarte Lopes Pedro, NIF 159 868 904, que confronta a Norte com Mário Cruz, a Sul com José Carreira e Outros, a Nascente com Mário Cruz e a Poente com Caminho, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 4883. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno de 194,10 m<sup>2</sup>, solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a execução de acesso à propriedade com uma largura mínima de 3,00m em local a indicar pelo proprietário aquando a sua execução.

**A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 194,10m<sup>2</sup>, do prédio rústico integrado na herança de Jacinto Duarte Lopes, representada por Duarte Lopes Pedro, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 4883, que confronta a Norte com Mário Cruz, a Sul com José Carreira e outros, a Nascente com Herdeiros de Jacinto Duarte Lopes e a Poente com Arruamento, para a requalificação da rua do Repouso – 2.ª fase, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se a execução de acesso com uma largura mínima de 3,00m, em local a indicar pelo proprietário aquando a execução, conforme consta da ficha de contacto assinada pelo proprietário e pelo então Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**



**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**17. Execução da Rua Nova do Moinho de Cima e Infraestruturas de Saneamento dos Arruamentos Adjacentes - Cedência 29m<sup>2</sup> de terreno do Sr. António da Piedade Malpique**

787 - A Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a Execução da Rua Nova do Moinho de Cima e Infraestruturas de Saneamento dos Arruamentos Adjacentes, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano de António da Piedade Malpique, NIF 134 713 095, que confronta a Norte com Caminho Publico, a Sul com Caminho Publico, a Nascente com Silvina Maria Francisco e a Poente com Lote 4, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 17807. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno de 29,00m<sup>2</sup>, para a execução de passeio. Como contrapartida deverá cortar-se os 3 sobreiros e arrancar os cepos, sendo transportados para o terreno do estaleiro da obra fora do recinto do mesmo.

**A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 29,00m<sup>2</sup>, do prédio urbano propriedade de António da Piedade Malpique, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 17807, que confronta a Norte com Caminho Publico, a Sul com António da Piedade Malpique, a Nascente com Silvina Maria Francisco e a Poente com Lote 4, para a Execução da Rua Nova do Moinho de Cima e Infraestruturas de saneamento dos Arruamentos adjacentes, que passa a integrar o domínio público, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pela Sr<sup>a</sup> Presidente Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, e que aqui se dá por reproduzida, tendo como contrapartida o corte de 3 sobreiros e cepos arrancados, sendo os mesmo transportados para o terreno do estaleiro da obra fora do recinto do mesmo, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**

**18. Req.º nº 1385/18, datado de 26/07/2018 - Proc.º n.º 77/18, datado de 02/03/2018 - Rafael Calado**

788 - Presentes requerimentos n.º 423/18, n.º 929/18 e n.º 1385/18, registados em 2018/03/02, 2018/05/04, 2018/07/26, respetivamente, do processo camarário n.º 77/18, subscrito por **Rafael Calado**, com o NIF 177565365, residente na Rua Vila Real de Santo António Manuel, n.º 40 - R/C Esq., lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento de obra de construção de uma moradia e muros**, a serem erigidos no prédio urbano sito na Rua da Panificadora, lugar de Embra, freguesia e

concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20345-P e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20481.

Presente parecer técnico, datado de 2018/06/04 e 2018/08/21, favorável sob a componente arquitetura.

**Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

- DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 77/18, registado em 201803/02, referente ao pedido de licenciamento de obra de construção de uma moradia e muros, a serem erigidos no prédio urbano sito na Rua da Panificadora, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20345-P e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20481, apresentado por Rafael Calado, com o NIF 177565365, residente na Rua Vila Real de Santo António Manuel, n.º 40 - R/C Esq., lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande.

- Informar o interessado que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**19. Req.º nº 1191/18, datado de 02/07/2018 - Proc.º n.º 384/16, datado de 15/09/2016 - Ana Acácia Leal Silva e Tiago Feteira Rolo**

789 - Presente requerimento n.º 1191/18, registado em 2018/07/02, referentes a pedido de **licenciamento de alterações ao projeto de construção de moradia, anexos e muro**, apresentado na vigência do alvará de obras de construção n.º 8/17, respeitante ao processo n.º 384/16, para o prédio sito na Rua Dr. Franklin Vieira Dias, no lugar dos Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5559 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7946, apresentado por **Ana Acácia Leal Silva**, com o NIF216361044, residente em Rua José Moreira, n.º 33, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e por **Tiago Feteira Rolo**, com o NIF 241523133, residente em Rua da Indústria, n.º 1, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2018/08/20 favorável à aprovação da componente arquitetura com condicionalismo de apresentar planta do anexo com indicação do uso dos compartimentos.

**Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

- DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura do pedido de licenciamento de alterações ao projeto de construção de moradia, anexos e muro, apresentado na vigência do alvará de obras de

construção n.º 8/17, respeitante ao processo n.º 384/16, para o prédio sito na Rua Dr. Franklin Vieira Dias, no lugar dos Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5559 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7946, apresentado por Ana Acácia Leal Silva, com o NIF216361044, residente em Rua José Moreira, n.º 33, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e por Tiago Feteira Rolo, com o NIF 241523133, residente em Rua da Indústria, n.º 1, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com condicionalismo de apresentar planta do anexo com a indicação do uso de todos os compartimentos.

- Informar os interessados que devem apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nomeadamente redes prediais, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**20. Req.º nº 1483/18, datado de 14/08/2018 - Proc.º n.º 87/18, datado de 13/03/2018 - Filipe Manuel Simões Moreira**

790 - Presentes requerimentos n.º 503/18 e n.º 1483/18, registados em 2018/03/13 e 2018/08/14, respetivamente, subscritos por **Filipe Manuel Simões Moreira**, com o NIF 284559903, com residência na Rua da Marinha Grande, n.º 4 A, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, constantes do processo camarário n.º 87/18, registado em 2018/03/13, referente ao pedido de **licenciamento da obra de construção de uma moradia e muro**, a erigir no prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 1354 e no prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 4844, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1320 e n.º 5406, respetivamente, situados na Rua do Casal D'Anja, lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande

Presente alteração apresentada pelo requerimento n.º 1483/18, registado em 2018/08/14, em sede de audiência prévia.

Presente parecer técnico datado de 2018/08/20, que indica estar o projeto de arquitetura apto para aprovação.

**Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**1- DEFERIR, nos termos da alínea a) do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 155/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura, constante do processo camarário n.º n.º 87/18, registado em 2018/03/13, referente ao pedido de licenciamento da obra de construção de uma moradia e muro, a erigir no prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 1354 e no prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 4844, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1320 e n.º 5406, respetivamente, situados na Rua do Casal D'Anja, lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, apresentado por Filipe Manuel Simões Moreira, com o NIF 284559903, com residência na Rua da Marinha Grande, n.º 4 A, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.**

2- Aceitar a cedência para domínio público, destinada a passeio, do prédio urbano com 16 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 4844, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5406, bem como a cedência de faixa de terreno com 8,30 m2 do prédio rústico com 821 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 1354 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1320, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à “*Planta de Implantação, Desenho n.º 1A*”, entregue a coberto do requerimento n.º 1483/18, registado em 2018/08/14, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

3- Informar o interessado que deve apresentar, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**21. Req.º nº 1456/18, datado de 07/08/2018 - Proc.º n.º 83/18, datado de 07/03/2018 - Márcio Leandro Franco Lavos**

791 - Presente requerimento n.º 1456/18, datado de 2018/08/07, constante do processo camarário n.º 83/18, subscrito por **Márcio Leandro Franco Lavos**, com o NIF 227485130, residente em rua da Agroeira, n.º 52, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de uma moradia unifamiliar e muro de vedação**”, a incidir sobre um prédio rústico, sito em rua da Agroeira, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 16533 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 11246.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/08/20, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de uma moradia unifamiliar e muro de vedação**”, a incidir sobre um prédio rústico sito em rua da Agroeira, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 16533 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 11246, com o número de processo 83/18, com data de entrada em 2018/03/07, apresentado por **Márcio Leandro Franco Lavos**, com o NIF 227485130, residente em rua da Agroeira, n.º 52, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua da

Agroeira, com largura de 1,60m, implantando-se o muro de vedação a executar, à distância de 5,00m relativamente ao eixo da referida via. Devido à inexistência de um sistema de drenagem da plataforma da rua, deverá ser considerada uma berma/valeta no remate do passeio ao pavimento betuminoso da rua, em calçada de calcário ou granito com dimensões de 0,10mx0,10mx0,10m, após execução de uma base em tout-venant com uma espessura mínima de 0,20m. A berma deverá ser executada de modo a fazer uma valeta suave com um fio de água ao meio da berma em calçada. O passeio deverá ser executado em blocos de betão com as dimensões 0,10mx0,20mx0,06m, após execução da camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser em betão pré-fabricado com uma largura de 0,15m e na zona das entradas deverá ser utilizado lancil de rampa com 0.40m de largura e lancil lateral com cantos de acabamento.”.

3. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 20,75m<sup>2</sup>, ao longo da frente do prédio confinante com a rua da Agroeira, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à *“Planta de Implantação - Arranjos Exteriores”*, com o número “02”, datada de “06-08-2018”, entregue a coberto do requerimento n.º 1456/18, datado de 2018/08/07, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**22. Req.º nº 1409/18, datado de 31/07/2018 - Proc.º n.º 115/18, datado de 04/05/2018 - Daniel Alexandre Inês Pedro e Inês Sofia de Sousa Carlos**

792 - Presente requerimento n.º 1409/18, datado de 2018/07/31, constante do processo camarário n.º 115/18, subscrito por **Daniel Alexandre Inês Pedro**, com o NIF 241218675 e por **Inês Sofia de Sousa Carlos**, com o NIF 239299698, ambos com residência em rua da restauração, lote 1-A, 2.º frente, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de habitação unifamiliar e muros”**, a levar a efeito num prédio urbano correspondente ao “Lote n.º 19” do Loteamento Urbano sito no lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15817 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18514, da freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/08/20, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, bem como do parecer técnico datado de 2018/08/20, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de habitação unifamiliar e muros”**, a levar a efeito num prédio urbano correspondente ao “Lote n.º 19” do Loteamento Urbano sito no lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15817 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18514, da freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 115/18, com data de entrada em 2018/04/05, apresentado por Daniel Alexandre Ines Pedro, com o NIF 241218675 e por Inês Sofia de Sousa Carlos, com o NIF 239299698, ambos com residência em rua da

**Restauração, lote 1-A, 2.º frente, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**23. Req.º nº 1121/18, datado de 19/06/2018 - Proc.º n.º 230/18, datado de 19/06/2018 - FUNGERE - Fundo de Gestão de Património Imobiliário**

793 - Presente pedido com o registo n.º 1121/18, datado de 19/06/2018, relativo a legalização de alterações executadas num edifício destinado a Hotel, sito na rua Dr. Adolfo Leitão, n.º 22, S. Pedro de Moel, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2686 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19263, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 230/18, com data de entrada de 19/06/2018, apresentado por **FUNGERE - Fundo de Gestão de Património Imobiliário**, com o NIPC 502 801 026, com sede na Avenida Álvares Cabral, n.º 41, freguesia de Campo de Ourique e concelho de Lisboa, a solicitar a aprovação do respetivo projeto de arquitetura;

Presentes projetos antecedentes n.º 1125/54, 556/60, 1148/72, 1837/78, 1889/78, 216/82 e 563/83, aprovados respetivamente em reuniões de Câmara realizadas a 10/03/1955, 22/02/1960, 26/12/1972, 2/01/1979 (os 4º e 5º), 16/04/1982 e 18/05/1983;

Presente informação técnica, datada de 21/08/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura de legalização das alterações em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo à legalização de alterações executadas num edifício destinado a Hotel, sito na rua Dr. Adolfo Leitão, n.º 22, S. Pedro de Moel, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2686 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19263, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 230/18, com data de entrada de 19/06/2018, apresentado por FUNGERE - Fundo De Gestão De Património Imobiliário, com o NIPC 502 801 026, com sede na Avenida Álvares Cabral, n.º 41, freguesia de Campo de Ourique e concelho de Lisboa.**

**Mais delibera informar o requerente que a aprovação da presente operação urbanística fica condicionada à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE, dos projetos de especialidade aplicáveis, entre os quais se devem incluir os de acessibilidade (Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8/08), comportamento térmico (Decreto-Lei n.º 80/06, de 4/04), ruído (Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11/05, com a alteração dada pelo Decreto-Lei n.º 96/2008, de 9/06) e segurança contra incêndio (Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12/11, com a alteração dada pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9/10);**

**Delibera, igualmente, informar que, nos termos do disposto no artigo 26º do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7/03, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 80/2017, de 30/06, pode o requerente solicitar ao Turismo de Portugal, IP, a emissão de parecer relativo**

ao presente empreendimento, sendo que, nos termos do artigo 36º deste diploma legal, compete a essa entidade a classificação do estabelecimento, mediante realização de vistoria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**24. Req.º nº 404/18, datado de 27/02/2018 - Proc.º n.º 70/18, datado de 27/02/2018 - Vitor Júlio Jesus Santos**

794 - Presente requerimento n.º 404/18, datado de 2018/02/27, constante do processo camarário n.º 70/18, subscrito por **Vitor Júlio Jesus Santos**, com o NIF 151429162, residente em rua Rui Couceiro Neto da Silva, n.º 12, 2.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Legalização, alteração e ampliação de uma habitação unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito no lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 17504 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 8634.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/08/21, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de **“Legalização, alteração e ampliação de uma habitação unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito no lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 17504 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 8634, com o número de processo 70/18, com data de entrada em 2018/02/27, apresentado por Vitor Júlio Jesus Santos, com o NIF 151429162, residente em rua Rui Couceiro Neto da Silva, n.º 12, 2.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismos da apresentação, no prazo máximo de seis meses, a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**25. Req.º nº 1332/18, datado de 19/07/2018 - Proc.º n.º 292/18, datado de 19/07/2018 - Ângelo Augusto Madeira Gaspar**

795 - Presente pedido com o registo n.º 1332/18, datado de 19/07/2018, relativo a legalização de ampliação de um estabelecimento industrial, sito no terreno localizado na rua das Rosas, n.º 108-A, Pedra de Baixo, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 6003, omisso na matriz predial urbana, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 292/18, com data de entrada de 19/07/2018, apresentado por **Ângelo Augusto Madeira Gaspar**, com o NIF 153 833 149, residente na travessa Fernando José

Alvarez Baridó, n.º 1, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a aprovação do projeto de arquitetura respetivo;

Presente processo de regularização extraordinária, com o n.º 300/17, titulado por AES MANUFACTURING, LDA, apresentado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, que mereceu parecer favorável condicionado em sede de conferência decisória realizada a 20/04/2018;

Presente informação técnica, datada de 27/08/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura formulado nos termos constantes no respetivo processo de regularização extraordinária, enquadrando-se no n.º 4 do artigo 2º do regulamento do PDM da Marinha Grande e em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a legalização de ampliação de um estabelecimento industrial, sito no terreno localizado na rua das Rosas, n.º 108-A, Pedra de Baixo, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 6003, omissos na matriz predial urbana, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 292/18, com data de entrada de 19/07/2018, apresentado por Ângelo Augusto Madeira Gaspar, com o NIF 153 833 149, residente na travessa Fernando José Alvarez Baridó, n.º 1, freguesia e concelho da Marinha Grande, ficando o licenciamento do presente processo condicionado à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, de acordo com o disposto no n.º 4 do mesmo articulado legal, dos projetos de especialidade aplicáveis.**

**Mais delibera informar o requerente que após obtenção da respetiva autorização de utilização, a entidade exploradora da unidade industrial deverá proceder à regularização do respetivo licenciamento industrial desta, nos termos do Sistema da Indústria Responsável (SIR), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio, dando cumprimento aos condicionalismos expressos na ata da conferência decisória realizada a 20/04/2018.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**26. Req.º nº 769/18, datado de 18/04/2018 - Proc.º n.º 137/18, datado de 18/04/2018 - Emílio José Jesus Rato**

796 - Presente pedido com o registo n.º 769/18, datado de 18/04/2018, relativo a legalização de alterações efetuadas no edifício destinado a habitação e a serviços, sito na rua D. Fernando I, n.º 19, S. Pedro de Moel, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19392 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4419, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 137/18, com data de entrada de 18/04/2018, apresentado por **Emílio José Jesus Rato**, com o NIF 145 583 384, residente na avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 102, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a aprovação do projeto de arquitetura;



Presente informação técnica, datada de 28/08/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura referente ao pedido de legalização de alterações efetuadas no edifício destinado a habitação e a serviços, sito na rua D. Fernando I, n.º 19, S. Pedro de Moel, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19392 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4419, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 137/18, com data de entrada de 18/04/2018, apresentado por Emílio José Jesus Rato, com o NIF 145 583 384, residente na avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 102, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, ficando o licenciamento do presente processo condicionado à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, das alterações aos projetos de especialidade das redes prediais de água e de esgotos, de acordo com o n.º 4 do mesmo articulado legal.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**27. Req.º nº 551/18, datado de 19/03/2018 - Proc.º n.º 93/18, datado de 19/03/2018 - Solange Cláudia Fernandes Morgado Salvador e Júlio Salvador Timóteo**

797 - Presente pedido com o registo n.º 551/18, datado de 19/03/2018, relativo a **licenciamento da construção de um edifício destinado a indústria**, a erigir na rua 25 de Abril, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 610 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1382, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 93/18, com data de entrada de 19/03/2018, apresentado por **Solange Cláudia Fernandes Morgado Salvador**, com o NIF 181 671 689e e por **Júlio Salvador Timóteo**, com o NIF 157 512 495, ambos residentes na rua 1º de Dezembro, nº 60, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a aprovação do projeto de arquitetura; Presente informação técnica, datada de 27/08/2018, a propor a aprovação do projeto de arquitetura, condicionada à apresentação de elementos retificativos que contemplem a execução da totalidade dos passeios ao longo da frente do prédio;

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a licenciamento da obra de construção de um edifício destinado a indústria, a erigir na rua 25 de Abril, Moita, no prédio registado na

**Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 610 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1382, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 93/18, com data de entrada de 19/03/2018, apresentado por Solange Cláudia Fernandes Morgado Salvador, com o NIF 181 671 689e e por Júlio Salvador Timóteo, com o NIF 157 512 495, ambos residentes na rua 1º de Dezembro, nº 60, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

**1. - Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE, dos seguintes elementos:**

- a) Peças escritas e desenhadas retificativas que contemplem a execução, ao longo da totalidade do prédio, incluindo as frentes sul e nascente, de passeio com uma largura de 1,60 m, em materiais semelhantes aos existentes a poente;**
- b) Projetos de especialidade aplicáveis;**

**2.- Assegurar a execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**28. Req.º nº 991/18, datado de 24/05/2018 - Proc.º nº 194/18, datado de 24/05/2018 - Joaquim Jesus Duarte e Júlia Lourenço Esperança Duarte**

798 - Presente pedido com o registo n.º 991/18, datado de 24/05/2018, relativo a legalização de uma exploração de bovinos, sita no terreno localizado no Carvoeiro, Fagundo, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 677, inscrito na Matriz Predial Rústica sob o artigo n.º 10203, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 194/18, com data de entrada de 24/05/2018, apresentado por **Joaquim Jesus Duarte**, com o NIF 132 490 919 e por **Júlia Lourenço Esperança Duarte**, com o NIF 132 490 900, residentes na rua Maria Elisa, Casalito, n.º 1500, Amor, Leiria, a solicitar a aprovação do projeto de arquitetura respetivo;

Presente ata da conferência decisória com a deliberação final favorável condicionada da regularização extraordinária, efetuada, a 21/09/2016, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, sendo a entidade coordenadora a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC), que atribuiu o n.º 018953/02/C/2015 ao processo respetivo, titulado por Compostos do Liz - Alimentos Compostos para Animais, Lda.;

Presente informação técnica, datada de 28/08/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura formulado nos termos constantes no respetivo processo de regularização extraordinária, enquadrando-se no n.º 4 do artigo 2º do regulamento do PDM da Marinha Grande e em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a legalização de uma exploração de bovinos, sita no terreno localizado no Carvoeiro, Fagundo, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 677, inscrito na Matriz Predial Rústica sob o artigo n.º 10203, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 194/18, com data de entrada de 24/05/2018, apresentado por Joaquim Jesus Duarte, com o NIF 132 490 919 e por Júlia**

Lourenço Esperança Duarte, com o NIF 132 490 900, residentes na rua Maria Elisa, Casalito, n.º 1500, Amor, Leiria, ficando o licenciamento do presente processo condicionado à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, de acordo com o disposto no n.º 4 do mesmo articulado legal, dos seguintes elementos:

1. - Projetos de especialidade aplicáveis;
2. - Título de utilização dos recursos hídricos.

Mais delibera informar os requerentes que deverão dar cumprimento aos condicionalismos expressos na ata da conferência decisória realizada a 21/09/2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**29. Req.º nº 1553/18, datado de 28/08/2018 - Proc.º n.º 547/17, datado de 06/12/2017 - Paulo Renato Pereira Gomes**

799 - Presentes requerimentos n.º 2087/17 e n.º 1553/18, registados em 2017/12/06 e 2018/08/28, respetivamente, subscritos por **Paulo Renato Pereira Gomes**, com o NIF 2074223059, residente na Rua Casal D'Anja, n.º 41, lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referentes ao projeto de arquitetura do pedido de **licenciamento de obra de construção de um muro**, com processo camarário n.º 547/17, registado 2017/12/06, para o prédio urbano sito na Rua do Casal D'Anja, n.º 41, lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 5576-P, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6136.

Presente parecer técnico datado de 2018/08/28, favorável.

**Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

- DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 547/17, registado 2017/12/06, referente ao pedido de licenciamento de obra de construção de um muro, a ser erigido no prédio urbano sito na Rua do Casal D'Anja, n.º 41, lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 5576-P, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6136, apresentado por Paulo Renato Pereira Gomes, com o NIF 2074223059, residente na Rua Casal D'Anja, n.º 41, lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

- Informar o interessado que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Tendo em linha de conta a intenção manifestada pelo interessado em proceder a trabalhos de remodelação do terreno (aterro), a Câmara Municipal delibera informar que, conforme disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º do RJUE, os trabalhos de

**remodelação dos terrenos em área não abrangida por operação de loteamento estão sujeitos a licença administrativa.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**30. Req.º nº 1348/17, datado de 28/07/2017 - Proc.º nº 195/17, datado de 18/05/2017 - Motivavence - Unipessoal Lda**

800 - Presentes requerimentos n.º 830/17 e n.º 1348/17, registados em 2017/15/18 e em 2017/07/28, respetivamente, do processo camarário n.º 195/17, registado em 2017/05/18, referente ao pedido de **licenciamento da obra de construção de um telheiro e muros de vedação**, a realizar no prédio rústico situado na Rua das Rosas da Pedra de Baixo, lugar de Pedra de Baixo, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 10823, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13972, apresentado por **MOTIVAVENCE - UNIPESSOAL LDA**, com o NPC 509515053, com sede na Rua General Humberto Delgado, n.º 11, 1.º, lugar de Casal de Malta, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presentes alterações aos projetos apresentadas pelo requerimento n.º 1348/17, registado em 2017/07/28, apresentadas em sede de audiência prévia.

Presente parecer técnico datado de 2018/08/16, que refere que os elementos apresentados em fase de audiência prévia, conferem ao projeto de arquitetura condições para aprovação.

Presente projeto de especialidade previsto no n.º 16.º do anexo I da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, tendo em consideração o tipo de obra a realizar. O termo de responsabilidade do respetivo autor, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico datado de 2017/06/23, a atestar encontrarem-se reunidas as condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento apresentado.

**Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

- **DEFERIR**, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obra de construção de um telheiro e muros de vedação, com processo camarário n.º 195/17, a realizar no prédio rústico situado na Rua das Rosas da Pedra de Baixo, lugar de Pedra de Baixo, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 10823, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13972, apresentado por **MOTIVAVENCE - UNIPESSOAL LDA**, com o NPC 509515053, com sede na Rua General Humberto Delgado, n.º 11, 1.º, lugar de Casal de Malta, freguesia e concelho de Marinha Grande.

- **Informar a requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverão, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**31. Req.º nº 1349/18, datado de 23/07/2018 - Proc.º n.º 298/18, datado de 23/07/2018 - Banco Comercial Português, S.A**

801 - Presente pedido com o registo n.º 1349/18, datado de 23/07/2018, relativo a **demolição de edificações existentes** no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6784 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17497, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 298/18, com data de entrada de 23/07/2018, apresentado por **Banco Comercial Português, S.A.**, com o NIPC 501 525 882, com sede na Av. Prof. Dr. Cavaco Silva (Tagus Park), Edif. 4/Piso 1b, Oeiras;

Presente informação técnica, datada de 09/08/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a demolição de edificações existentes no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6784 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17497, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 298/18, com data de entrada de 23/07/2018, apresentado por Banco Comercial Português, S.A, com o NIPC 501 525 882, com sede na Av. Prof. Dr. Cavaco Silva (Tagus Park), Edif. 4/Piso 1b, Oeiras.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução dos trabalhos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3 – Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**Delibera, igualmente, informar que o terreno em causa não reúne condições de edificabilidade, por ausência de arruamento e de infraestruturas de abastecimento de água e saneamento.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**32. Req.º nº 1204/18, datado de 03/07/2018 - Proc.º nº 253/18, datado de 03/07/2018 - Carlos Alberto de Oliveira Gomes**

802 - Presente requerimento n.º 1204/18, registado em 2018/07/03, subscrito por **Carlos Alberto de Oliveira Gomes**, com o NIF 180338773, com residência na Rua do Carvalhal, n.º 191, Serra de Porto d'Urso, Monte Real, do processo camarário n.º 253/18, registado em 2018/07/03, referente ao pedido de **licenciamento (legalização) da obra de alteração e ampliação da moradia** erigida no lote n.º 3 do Alvará de Loteamento n.º 73/1978, situado na Avenida José Gregório n.º 104, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20383-P, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14678.

Presente parecer técnico datado de 2018/07/16, desfavorável para a componente arquitetura.

Presente parecer técnico datado de 2018/08/03, relativamente à verificação da existência de elementos em falta no que concerne à componente Especialidades.

**Após análise do projeto de arquitetura e termos de responsabilidade apresentados pelo requerimento n.º 1204/18, registado em 2018/07/03, subscrito por Carlos Alberto de Oliveira Gomes, com o NIF 180338773, com residência na Rua do Carvalhal, n.º 191, Serra de Porto d'Urso, Monte Real, do processo camarário n.º 253/18, registado em 2018/07/03, referente ao pedido de licenciamento (legalização) da obra de alteração e ampliação da moradia erigida no Lote n.º 3, do Alvará de Loteamento n.º 73/1978, situado na Avenida José Gregório n.º 104, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20383-P, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14678, bem como os pareceres técnicos que sobre eles recaíram, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por o projeto violar norma legal aplicável, nomeadamente o Regulamento da Operação de Loteamento e respetivo Alvará de Loteamento n.º 73/1978, sendo que o Lote n.º 3, tem área de 365 m2, enquanto que o prédio urbano registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14678, tem 372 m2 de área.**

**A Câmara Municipal delibera ainda informar que, nos termos previstos na alínea d) do nº 2 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande - RMEUMMG, a instrução do processo deve ser completada com os seguintes documentos:**

- 1. Projeto de rede de gás ou termo de responsabilidade passado por instalador credenciado ou justificação legal para a sua não apresentação;**

2. Projeto atualizado da rede de águas no que concerne ao traçado da rede com elementos representativos da ligação à rede pública de abastecimento de água e localização de contador;
3. Projeto atualizado da rede de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais no que concerne ao traçado da rede com elementos representativos da ligação à rede pública, localização da caixa de ramal domiciliário para a rede predial das águas residuais domésticas.
4. Projeto de ITED do edifício ou apresentação da prova em como o edifício se encontra dotado de telefone com a entrega de fotocópia da fatura atualizada do fornecimento com a empresa de serviço telefónico.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**33. Req.º nº 2111/17, datado de 12/12/2017 - Proc.º nº 476/17, datado de 25/10/2017 - Marlene da Conceição Ribeiro dos Santos Azinheiro e Rui Filipe Ribeirete Azinheiro**

803 - Presente processo camarário n.º 476/17, registado em 2017/10/25, referente ao projeto de arquitetura do pedido de **licenciamento de obra de construção de moradia e muros**, no prédio urbano sito na Rua do Casal D'Anja, n.º 62, lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 4450, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2785, apresentado por **Marlene da Conceição Ribeiro dos Santos Azinheiro**, com o NIF 232715033, e por **Rui Filipe Ribeirete Azinheiro**, com o NIF 231679220, residentes na Rua Guerra Pereira, n.º 22, lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

O processo esteve presente na reunião de Câmara Municipal de 2018/06/11, quando foi deliberado notificar os requerentes para se pronunciarem em sede de audiência prévia do pedido sobre o projeto de indeferimento do mesmo.

Presente parecer técnico datado de 2018/08/27, a informar que os requerentes foram regularmente notificados, contudo não apresentaram, no prazo que lhe foi concedido ao abrigo dos artigos 121.º e 122.º do Código de Procedimento Administrativo, quaisquer alegações relativamente à previsão de indeferimento da pretensão.

A Câmara Municipal, depois de analisar o processo camarário n.º 476/17, registado em 2017/10/25, referente ao projeto de arquitetura do pedido de licenciamento de obra de construção de moradia e muros, no prédio urbano sito na Rua do Casal D'Anja, n.º 62, lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 4450, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2785, apresentado por **Marlene da Conceição Ribeiro dos Santos Azinheiro**, com o NIF 232715033, e por **Rui Filipe Ribeirete Azinheiro**, com o NIF 231679220, residentes na Rua Guerra Pereira, n.º 22, lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, e, tendo verificado que depois de devidamente notificada em sede de audiência prévia, pelo ofício n.º 701/18, datado de 2018/06/13, rececionado em 2018/06/19, os requerentes nada alegaram em relação ao projeto de indeferimento do pedido, no prazo que lhe foi concedido ao abrigo dos artigos 121.º e 122.º do Código de Procedimento Administrativo, delibera nos termos descrito na alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º

136/2014, de 9 de setembro, INDEFERIR o pedido por o mesmo violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente:

- Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU, artigo 84.º n.º 1, por não ser assegurado equipamento mínimo para instalação sanitária;
- RGEU, artigos 31.º e 41.º, quanto à indicação do material de revestimento das paredes e pisos das instalações sanitárias e cozinha;
- Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande - RMEUMMG, artigo 18.º alíneas b), c) e f), quanto às características a serem observadas nos muros de vedação junto da via pública, nomeadamente:
- Não exceder a altura de 0,80m acima da cota dos passeios fronteiros ou dos arruamentos que os servem;
- Ao valor referido na alínea anterior, podem ainda elevar-se elementos gradeados, ou sebes vivas, desde que, no seu cômputo geral, não exceda o valor máximo de 1,50m;
- Aplicar-se para os muros entre estreimas, na parte confinante com a via pública, o disposto nas alíneas b) e c), do n.º 1 do artigo 18.º do RMEUMMG, numa extensão de até 1,50 m a contar do limite ao espaço público.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**34. Req.º nº 1412/18, datado de 31/07/2018 - Proc.º nº 60/2018, datado de 19/01/2018 - Eulália Farto Carvalho**

804 - Presente solicitação formulada por **Eulália Farto Carvalho**, contribuinte n.º 110194039, residente e proprietária do prédio sito na Rua Adelino Gouveia Pedrosa, n.º 7, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, de Leiria, concelho de Marinha Grande, **com vista à concessão de mais 60 dias**, para além do prazo de 120 dias conferidos para proceder à legalização de operação urbanística realizada sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, conforme deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal de 2018/02/05, comunicada pelo ofício n.º 154/18, datado de 2018/02/314, rececionado em 2018/02/19.

**Depois de analisar a solicitação formulado por Eulália Farto Carvalho, contribuinte n.º 110194039, residente e proprietária do prédio sito na Rua Adelino Gouveia Pedrosa, n.º 7, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, de Leiria, concelho de Marinha Grande, com vista à concessão de mais 60 dias, para além do prazo de 120 dias conferidos para proceder à legalização de operação urbanística realizada sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, conforme deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal de 2018/02/05, comunicada pelo ofício n.º 154/18, datado de 2018/02/314, rececionado em 2018/02/19, a Câmara Municipal delibera: DEFERIR.**

**Mais delibera informar a requerente que o prazo ora concedido termina em 12/11/2018.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**35. Req.º nº 1222/18, datado de 05/07/2018 - Proc.º nº 21/18, datado de 26/01/2018 - Maria Goreti Gil Ferreira e Andreia Raquel Fino Ferreira**

805 - Presente requerimento n.º 1222/18, registado em 2018/07/05, subscrito por **Maria Goreti Gil Ferreira**, com o NIF 116107758, com residência na Rua das Carregueiras, n.º 33, em Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por **Andreia Raquel Fino Ferreira**,



com o NIF 259257753, com residência na Rua do Lamarão, n.º 27, lugar do Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, do processo camarário n.º 21/18, registado em 2018/01/26, referente ao pedido de **concessão de mais 60 dias**, para além do prazo de 15 dias conferidos nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar por escrito em sede de Audiência Prévia do processo, conforme deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal de 2018/06/11, comunicada pelo ofício n.º 705/18, datado de 2018/06/13, com receção ocorrida em 2018/06/18.

Presente parecer datado de 2018/07/19.

**Depois de analisar a solicitação formulada pelo requerimento registado sob o n.º 1222/18, em 2018/07/05, do processo camarário n.º 21/18, registado em 2018/01/26, subscrito por Maria Goreti Gil Ferreira, com o NIF 116107758, com residência na Rua das Carregueiras, n.º 33, em Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por Andreia Raquel Fino Ferreira, com o NIF 259257753, com residência na Rua do Lamarão, n.º 27, lugar do Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, com vista à concessão de mais 60 dias, para além do prazo de 15 dias conferidos nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar por escrito em sede de Audiência Prévia do processo, bem como o parecer técnico datado de 2018/07/18, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido.**

**Delibera ainda informar a requerente que o prazo alargado tem término em 2018/10/02.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**36. Req.º nº 1224/18, datado de 05/07/2018 - Proc.º n.º 150/18, datado de 27/04/2018 - João Rodrigues Correia**

806 - Pelo requerimento registado sob o n.º 1224/18, em 2018/07/05, do processo camarário n.º 150/18, registado em 2018/04/27, subscrito por **João Rodrigues Correia**, com o NIF 146590058, com residência na Rua Dr. Luís Gomes - Bloco D, 1A, 1.º Andar - Frente, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com vista à **concessão de mais 30 dias**, para além do prazo de 15 dias conferidos nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar por escrito em sede de Audiência Prévia do processo, conforme deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal de 2018/06/11, comunicada pelo ofício n.º 703/18, datado de 2018/06/13, com receção ocorrida em 2018/06/18.

Presente parecer da Chefe de Divisão de Ordenamento do Território, datado de 2018/08/23, e o despacho exarado pelo Sr. Vereador do Pelouro do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, datado de 2018/08/24.

**Depois de analisar a solicitação formulada pelo requerimento registado sob o n.º 1224/18, em 2018/07/05, do processo camarário n.º 150/18, registado em 2018/04/27, subscrito por João Rodrigues Correia, com o NIF 146590058, com residência na Rua Dr. Luís Gomes - Bloco D, 1A, 1.º Andar - Frente, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com vista à concessão de mais 30 dias, para além do prazo de 15 dias conferidos nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar por escrito em sede de Audiência Prévia do processo, bem como os pareceres que sobre ela recaíram, a**

**Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido e conferir o prazo de mais 60 dias a contar da data da receção do ofício.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**37. Req.º nº 1443/18, datado de 06/08/2018 - Proc.º n.º 333/15, datado de 17/09/2015 - Ramiro Gomes Moleirinho**

807 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1443/18, datado de 06/08/2018 apresentado por **Ramiro Gomes Moleirinho**, com o NIF 138981507, com morada em Rua Principal, n.º 52, Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício destinado a indústria, sito na Rua Vale das Noras, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização e de licenciamento de alteração, titulada pelo alvará de obras de licença de legalização, demolição e alteração n.º 2/18, emitido em 08/01/2018.

Presente parecer técnico datado de 20/08/2018, bem como despacho do do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Vale das Noras, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Ramiro Gomes Moleirinho, com o NIF 138981507, com morada em Rua Principal, n.º 52, Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

**1) Membros efetivos**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

**2) Membros suplentes**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Álvaro Letra**

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**38. Req.º nº 1433/18, datado de 03/08/2018 - Proc.º n.º 126/17, datado de 10/04/2017 - Fernando Pereira da Silva Moleiro**

808 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de moradia, a que foi atribuído o número de processo camarário 126/17, incidente sobre um prédio sito na Rua da Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.079 e inscrito na matriz predial rústica da referida freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 9.048, objeto de deferimento final por deliberação camarária tomada na reunião de 22/09/2017, tendo sido titulada pelo alvará de licença de construção n.º 82/17, emitido em 13/11/2017, cuja validade terminou em 29/06/2018, bem como requerimento a solicitar concessão de licença especial para conclusão de obra inacabada, apresentado por **Fernando Pereira da Silva Moleiro**, com o NIF 111376092, com morada na Rua 9 de Abril, n.º 6, 5.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 03/08/2018, sobre os condicionalismos que enquadram a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação camarária tomada na reunião de 22/09/2017, foi o pedido de licenciamento relativo à obra de construção de moradia, a que foi atribuído o número de processo camarário 126/17, incidente sobre um prédio sito na Rua da Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.079 e inscrito na matriz predial rústica da referida freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 9.048, foi objeto de deferimento final;
- Através do requerimento n.º 1433/18, datado de 03/08/2018, vem o proprietário do prédio, **Fernando Pereira da Silva Moleiro**, com o NIF 111376092, com morada na Rua 9 de Abril, n.º 6, 5.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, requerer uma licença especial para conclusão da obra, a qual apenas pode ser solicitada quando as obras já tenham atingido um elevado estado de execução, mas a licença haja caducado;
- Pressupõe o requerente que a caducidade da licença já se operou automaticamente, ao apresentar pedido de licença especial para conclusão de obra inacabada, pelo que considera-se estarem reunidas condições para a dispensa da sua audiência prévia pela Câmara, conforme o disposto no artigo 124.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, que refere que a audiência dos interessados pode ser dispensada quando *“os interessados já se tiverem pronunciado no procedimento sobre as questões que importem à decisão e sobre as provas produzidas”*;

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de licença de construção n.º 82/17, emitido em 13/11/2017, cuja validade terminou em 29/06/2018, sem que a obra se encontre concluída, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, delibera DECLARAR A CADUCIDADE do licenciamento relativo à obra de construção de moradia, a que foi atribuído o número de processo camarário 126/17, incidente sobre um prédio sito na Rua da Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.079 e inscrito na matriz predial rústica da referida freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 9.048, apresentado por Fernando Pereira da Silva Moleiro, com o NIF 111376092, com morada na Rua 9 de Abril, n.º 6, 5.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do mencionado artigo 71.º.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**39. Req.º nº 1433/18, datado de 03/08/2018 - Proc.º nº 126/17, datado de 10/04/2017 - Fernando Pereira da Silva Moleiro**

809 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de moradia, a que foi atribuído o número de processo camarário 126/17, incidente sobre um prédio sito na Rua da Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.079 e inscrito na matriz predial rústica da referida freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 9.048, objeto de deferimento final por deliberação camarária tomada na reunião de 22/09/2017, tendo sido titulada pelo alvará de licença de construção n.º 82/17, emitido em 13/11/2017, cuja validade terminou em 29/06/2018;

Presente pedido de concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, registado sob o requerimento n.º 933/18, datado de 15/05/2018, apresentado por **Fernando Pereira da Silva Moleiro**, com o NIF 111376092, com morada na Rua 9 de Abril, n.º 6, 5.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande;

Presente deliberação camarária a declarar a caducidade da licença por se encontrar ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de obras de construção n.º 82/17, emitido em 13/11/2017, cuja validade terminou em 29/06/2018, sem que a obra se encontre concluída, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE.

Presente parecer dos serviços sobre o assunto, datado de 03/08/2018.

**Após análise da pretensão a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR o pedido de licença especial para conclusão da obra ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, apresentado por Fernando Pereira da Silva Moleiro, com o NIF 111376092, com morada na Rua 9 de Abril, n.º 6, 5.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, em virtude das obras de construção de moradia, a que foi atribuído o número de processo camarário 126/17, incidente sobre um prédio sito na Rua da Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.079 e inscrito na matriz predial rústica da referida freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 9.048, terem já atingido um elevado grau de execução, encontrando-se em fase de acabamentos interiores e colocação de portas e janelas, e por não se vislumbrarem motivos que conduzam à determinação da demolição da edificação.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**40. Req.º nº 708/16, datado de 03/05/2019 - Proc.º nº 423/15, datado de 12/11/2015 - Luís Miguel Rodrigues Sapateiro**

810 - Presente processo camarário n.º 423/15, registado em 2015/11/12, subscrito por **Luís Miguel Rodrigues Sapateiro**, com o NIF n.º 227718747, residente na Rua da Charnequinha, n.º 32A, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de

licenciamento da obra de “**Construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação**”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua 1.º de Dezembro, lugar de Terras de Cima, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 446, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Moita sob o artigo n.º 1.913, aprovado por deliberação final tomada na reunião de 2016/07/07.

Presente deliberação camarária datada de 2018/06/19, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística referida.

Presente parecer técnico datado de 2018/08/27, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente em fase de audiência prévia, sem que este tenha apresentado quaisquer alegações.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2018/05/28, e:

- 1- Considerando que o interessado, **Luís Miguel Rodrigues Sapateiro**, com o NIF n.º 227718747, residente na Rua da Charnequinha, n.º 32A, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, foi notificado através do ofício n.º 749/16, de 2016/07/14, rececionado em 2016/07/19, da deliberação final do pedido de **licenciamento de obra de “Construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação”**, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua 1.º de Dezembro, lugar de Terras de Cima, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 446, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Moita sob o artigo n.º 1.913, referente ao processo camarário n.º 423/15, registado em 2015/11/12, aprovado por deliberação final tomada na reunião da Câmara Municipal de 2016/07/07, a qual foi comunicada ao interessado através do ofício n.º 749/16, de 2016/07/14, rececionado em 2016/07/19;
- 2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 2017/07/19, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.
- 3- Considerando que o interessado tinha até ao dia 2017/07/19 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
- 4- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística nos termos do nº 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 5- Considerando que o requerente foi notificado da intenção de ser declarada a caducidade da licença mediante o nosso ofício n.º 700/18, datado de 2018/06/13, rececionado em 2018/06/19, concedendo-lhe um prazo de 15 dias úteis para, em sede de audiência prévia, apresentar as alegações que entendesse pertinentes, ou seja, até, 2018/07/10, e que não o fez;
- 6- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

**A Câmara Municipal delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, DECLARAR A CADUCIDADE da licença concedida pela decisão tomada na reunião de Câmara Municipal de 2016/07/07, para o processo camarário n.º 423/15, registado em 2015/11/12, referente ao licenciamento de obra de “Construção de uma habitação**

***unifamiliar e muros de vedação***”, para o prédio urbano, sito na Rua 1.º de Dezembro, lugar de Terras de Cima, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 446, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Moita sob o artigo n.º 1.913, apresentado por Luís Miguel Rodrigues Sapateiro, com o NIF n.º 227718747, residente na Rua da Charnequinha, n.º 32A, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, por ter decorrido o prazo previsto no referido regime jurídico, para que o requerente solicitasse a emissão do respetivo alvará.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**41. Req.º nº 977/18, datado de 22/05/2018, Req.º n.º 1546/18, de 28/08/2018 - Proc.º n.º 365/2018, datado de 22/05/2018 - Rogério Loureiro e Leonel da Conceição Loureiro**

811 - Presente pedido com o registo de entrada n.º 977/18, datado de 22-05-2018, apresentado por **Rogério Loureiro** e **Leonel da Conceição Loureiro**, ambos residentes na rua Central do Moinho de Cima, Albergaria, n.º 11, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitado parecer favorável, ao abrigo do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na redação da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, à celebração de escritura pública de compra e venda de um prédio misto, da qual resultará a constituição de compropriedade a favor de Lúcia Maria Fernandes Duarte e Orlando Manuel Fernandes Duarte.

Presente requerimento apresentado por Orlando Manuel Fernandes Duarte, com o n.º de registo 1546/18 de 28-08-2018, a solicitar a junção de uma escritura de compra e venda do referido prédio misto e uma habilitação de herdeiros.

Presente parecer jurídico datado de 28-08-2018, informação dos serviços de fiscalização datada de 05-06-2018 e parecer técnico de 08-08-2018, todos sobre o assunto.

**A Câmara Municipal analisou o pedido, com o registo de entrada n.º 977/18, datado de 22-05-2018, apresentado por Rogério Loureiro e Leonel da Conceição Loureiro, ambos residentes na rua Central do Moinho de Cima, Albergaria, n.º 11, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitado parecer favorável, ao abrigo do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na redação da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, à celebração de escritura pública de compra e venda de um prédio misto, da qual resultará a constituição de compropriedade do prédio misto, descrito na Conservatória do registo Predial sob o n.º 16421 e inscrito na matriz sob o m.º 1285 e 436, sito no lugar de Moinho de Cima, freguesia e concelho da Marinha Grande, bem como o parecer jurídico datado de 28-08-2018 e parecer técnico datado de 08-08-2018, ambos sobre o assunto, e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes dos mesmos, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, cujo teor passa a fazer parte integrante da presente deliberação e que se anexam, delibera, ao abrigo do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na redação da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, emitir parecer favorável à celebração de escritura de compra e venda do dito imóvel a favor de Lúcia Maria Fernandes Duarte e Orlando Manuel Fernandes Duarte, por não se vislumbrar, na realização do referido negócio jurídico, qualquer fuga ao regime jurídico dos loteamentos urbanos, consagrado no Decreto-Lei n.º 555/91 de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**42. E/6436/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.**

812 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/6436/2018, datado de 09/07/2018, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo **em Rua António de Sousa, Boavista**, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 15,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 19/07/2018, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 25/07/2018 pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:**

**Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de 15,00 metros de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua António de Sousa, Boavista, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- a) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.**
- b) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;**
- c) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- d) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**43. E/6695/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada elétrica - ACR, LDA.**

813 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/6695/2018, datado de 17/07/2018, apresentado por **ACR – António Cristiano Rosário, Lda.**, com o NIPC

501135340, em representação da EDP Distribuição – Energia, S.A., para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, a levar a cabo na **Rua da Ribeira à Amieira**, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 23/07/2018, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 25/07/2018 pelo Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:**

**Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, apresentado por ACR – António Cristiano Rosário, Lda., com o NIPC 501135340, em representação da EDP Distribuição – Energia, S.A., a levar a cabo na Rua da Ribeira à Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- a) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.**
- b) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;**
- c) Deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- d) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**44. E/6274/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada elétrica - EDP, S.A.**

814 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/6274/2018, datado de 03/07/2018, apresentado por **EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.**, com o NIPC 504394029, com ocupação de espaço público para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, a levar a cabo na **Rua do Mar, Praia da Vieira**, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.



Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 12/07/2018, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 25/07/2017 pelo Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:**

**Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, apresentado por EDP Distribuição – Energia, S.A., com o NIPC 504394029, a levar a cabo na Rua do Mar, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- a) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.**
- b) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;**
- c) Deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- d) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**45. Req.º nº 1543/18, datado de 27/08/2018 - Proc.º nº 458/2018, datado de 16/07/2018 - HK Hidroking Engenharia Térmica Lda.**

815 - Presente pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **HK Hidroking Engenharia Térmica Lda.**, com o NIPC 510727727, com sede em Rua do Pastor, n.º 12, Boa Vista, união das freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista e concelho de Leiria, respeitante ao edifício sito na Rua Pereira Crespo, n.º 9, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.245 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 212.

Presente parecer técnico datado de 28/08/018, sobre o assunto.

Considerando que:

- A delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande foi aprovada pela Assembleia Municipal da Marinha Grande na sua segunda reunião realizada no dia 1 de

dezembro de 2014, da sessão ordinária de 24 de novembro de 2014, e publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 245, de 19 de dezembro de 2014 (Aviso n.º 14276/2014).

- A delimitação da ARU permite o acesso a um conjunto de benefícios fiscais sobre os prédios urbanos abrangidas por esta, quando objeto de ações reabilitação, iniciadas após 1 de janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de dezembro de 2020, nos termos do disposto nos n.º 20.º e n.º 21.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, na redação em vigor.

- De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais os prédios urbanos ou frações autónomas localizados em áreas de reabilitação urbana beneficiam dos seguintes incentivos:

a) Isenção do imposto municipal sobre imóveis por um período de três anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, podendo ser renovado, a requerimento do proprietário, por mais cinco anos no caso de imóveis afetos a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente;

b) Isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis nas aquisições de imóveis destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da data de aquisição;

c) Isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis na primeira transmissão, subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou, quando localizado em área de reabilitação urbana, também a habitação própria e permanente;

- Para que possam aceder a estes benefícios, devem ser preenchidas, cumulativamente, as seguintes condições, previstas no n.º 1 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais:

a) Sejam objeto de intervenções de reabilitação de edifícios promovidas nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, ou do regime excecional do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril;

b) Em consequência da intervenção prevista na alínea anterior, o respetivo estado de conservação esteja dois níveis acima do anteriormente atribuído e tenha, no mínimo, um nível bom nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e sejam cumpridos os requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica aplicáveis aos edifícios a que se refere o artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 194/2015, de 14 de setembro, sem prejuízo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril.

- Nos termos do n.º 4 do artigo 45.º do mesmo diploma, *“O reconhecimento da intervenção de reabilitação para efeito de aplicação do disposto no presente artigo deve ser requerido conjuntamente com a comunicação prévia ou com o pedido de licença da operação urbanística, cabendo à câmara municipal competente ou, se for o caso, à entidade gestora da reabilitação urbana, comunicar esse reconhecimento ao serviço de finanças da área da situação do edifício ou fração, no prazo máximo de 20 dias a contar da data da determinação do estado de conservação resultante das obras ou da emissão da respetiva certificação energética, se esta for posterior.”*

- O disposto no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho, e nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, compete aos serviços municipais, em vistoria realizada para o efeito, ordenada pela Câmara Municipal, classificar o estado de conservação do edifício, em sede de reabilitação urbana, com referência aos níveis de conservação constantes no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012. A determinação do nível de conservação do imóvel deve obedecer aos critérios definidos na

Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, devendo ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal.

**A Câmara Municipal delibera:**

Determinar, considerando o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a realização de vistoria ao edifício sito na Rua Pereira Crespo, n.º 9, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.245 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 212, propriedade de HK Hidroking Engenharia Térmica Lda., com o NIPC 510727727, com sede em Rua do Pastor, n.º 12, Boa Vista, união das freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista e concelho de Leiria, para efeitos de classificação do estado inicial do edifício, devendo a determinação do nível de conservação do imóvel obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como ser preenchida a ficha de avaliação aprovada pelo mesmo diploma legal;

Mais delibera determinar que a vistoria seja realizada em 13/09/2018, pelas 10:30, e que a respetiva Comissão tenha a seguinte composição:

**Membros efetivos:**  
Arquiteto Miguel Figueiredo  
Arquiteto Ricardo Santos

**Membros suplentes:**  
Arquiteto Alexandre Fava  
Engenheiro Rui Vicente

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

46. Req.º nº 1467/18, datado de 10/08/2018 - Proc.º n.º 503/2018, datado de 10/08/2018 - Rua das Flores - Gestão de Ativos Imobiliários, Lda. e Alberto Carreira, Construções, Lda.

816 - Presente Despacho da Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 24/08/2018, com o seguinte teor:

*“Presente pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **Rua das Flores - Gestão de Ativos Imobiliários, Lda.**, com o NIPC 514624051, com sede em Largo da Alegria, n.º 14, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por **Alberto Carreira, Construções, Lda.**, com o NIPC 507618769, com sede em Rua da Cova, n.º 171, lugar de Mata dos Milagres, freguesia de Milagres e concelho de Leiria, respeitante ao edifício sito na Rua Dr. Pedro Viana, n.º 8, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.443 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 18.786.*

*Presente parecer técnico datado de 22/08/018, sobre o assunto.*

*Considerando que:*

- A delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande foi aprovada pela Assembleia Municipal da Marinha Grande na sua segunda reunião realizada no dia 1 de dezembro de 2014, da sessão ordinária de 24 de novembro de 2014, e publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 245, de 19 de dezembro de 2014 (Aviso n.º 14276/2014).

- A delimitação da ARU permite o acesso a um conjunto de benefícios fiscais sobre os prédios urbanos abrangidas por esta, quando objeto de ações reabilitação, iniciadas após 1 de janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de dezembro de 2020, nos termos do disposto nos n.º 20.º e n.º 21.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, na redação em vigor.

- De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais os prédios urbanos ou frações autónomas localizados em áreas de reabilitação urbana beneficiam dos seguintes incentivos:

b) Isenção do imposto municipal sobre imóveis por um período de três anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, podendo ser renovado, a requerimento do proprietário, por mais cinco anos no caso de imóveis afetos a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente;

b) Isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis nas aquisições de imóveis destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da data de aquisição;

c) Isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis na primeira transmissão, subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou, quando localizado em área de reabilitação urbana, também a habitação própria e permanente;

- Para que possam aceder a estes benefícios, devem ser preenchidas, cumulativamente, as seguintes condições, previstas no n.º 1 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais:

a) Sejam objeto de intervenções de reabilitação de edifícios promovidas nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, ou do regime excecional do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril;

b) Em consequência da intervenção prevista na alínea anterior, o respetivo estado de conservação esteja dois níveis acima do anteriormente atribuído e tenha, no mínimo, um nível bom nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e sejam cumpridos os requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica aplicáveis aos edifícios a que se refere o artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 194/2015, de 14 de setembro, sem prejuízo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril.

- Nos termos do n.º 4 do artigo 45.º do mesmo diploma, “O reconhecimento da intervenção de reabilitação para efeito de aplicação do disposto no presente artigo deve ser requerido conjuntamente com a comunicação prévia ou com o pedido de licença da operação urbanística, cabendo à câmara municipal competente ou, se for o caso, à entidade gestora da reabilitação urbana, comunicar esse reconhecimento ao serviço de finanças da área da situação do edifício ou fração, no prazo máximo de 20 dias a contar da data da determinação do estado de conservação resultante das obras ou da emissão da respetiva certificação energética, se esta for posterior.”

- O disposto no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho, e nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, compete aos serviços municipais, em vistoria realizada para o efeito, ordenada pela Câmara Municipal, classificar o estado de conservação do edifício, em sede de reabilitação urbana, com

referência aos níveis de conservação constantes no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012. A determinação do nível de conservação do imóvel deve obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, devendo ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal.

Considerando, ainda, que:

O imóvel objeto da pretensão, foi alvo de avaliação de risco de segurança, no âmbito da proteção civil, por uma comissão composta por três técnicos desta Câmara Municipal, que subscreveram o relatório datado de 16/03/2018, cuja cópia se anexa ao presente parecer, tendo a referida comissão concluído que o imóvel apresentava uma classificação de **risco “muito alto”**, apontando como perigosidades probabilidade de queda de materiais para a via pública, risco de incêndio, insalubridade, risco de uso indevido/intrusão;

O processo de licenciamento da obra de reconstrução do edifício foi aprovada por deliberação camarária tomada na reunião de 23/07/2018

O estado em que se encontra o edifício exige uma intervenção urgente, a qual só poderá ter início após a avaliação do nível de conservação do imóvel, apresentado a coberto do requerimento em apreço;

A Presidente da Câmara Municipal determina, considerando o previsto n.º 3 do art. 35.º da Lei n.º 758/2013, de 12/09, na redação em vigor, bem como o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a realização de vistoria ao edifício sito na Rua Dr. Pedro Viana, n.º 8 a n.º 18, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.443 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 18.786, propriedade de **Rua das Flores - Gestão de Ativos Imobiliários, Lda.**, com o NIPC 514624051, com sede em Largo da Alegria, n.º 14, freguesia e concelho de Marinha Grande, e de **Alberto Carreira, Construções, Lda.**, com o NIPC 507618769, com sede em Rua da Cova, n.º 171, lugar de Mata dos Milagres, freguesia de Milagres e concelho de Leiria, para efeitos de classificação do estado inicial do edifício, devendo a determinação do nível de conservação do imóvel obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como ser preenchida a ficha de avaliação aprovada pelo mesmo diploma legal;

Mais determina que a vistoria seja realizada em 30/08/2018, pelas 10:30, que o respetivo auto seja emitido com urgência e que a respetiva Comissão tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

Arquiteto Miguel Figueiredo

Arquiteto Ricardo Santos

Engenheiro Rui Vicente

Membros suplentes:

Arquiteto Alexandre Fava

Engenheiro Rui Vicente

O presente pedido e a decisão sobre o mesmo proferida serão presentes na próxima reunião de Câmara para a respetiva ratificação nos termos do disposto no n.º 3 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação em vigor.”

**Após análise da pretensão, a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação em vigor, delibera ratificar o despacho transcrito.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**47. Req.º nº 1134/18, datado de 20/06/2018 - Proc.º nº 100/18, datado de 22/03/2018 - TJ MOLDES, S.A.**

817 - Na sequência da aprovação da respetiva minuta, por esta Câmara Municipal, na sua reunião de 23-07-2018, foi celebrado, a 17-08-2018, entre o Município da Marinha Grande e **TJ MOLDES, S.A.**, com sede em Cumeiras, Embra, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, um contrato, com o n.º 67/2018, no âmbito do Programa de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo no concelho da Marinha Grande.

A sociedade em causa apresentou, como elemento instrutório e comprovativo do número de postos existentes em maio de 2018 (mês anterior à data do requerimento para concessão do referido benefício), uma certidão do Instituto da Segurança Social, IP, que atestava que a mesma tinha ao seu serviço 41 trabalhadores.

Verificou-se, posteriormente, que 5 desses trabalhadores são apenas estagiários no âmbito da Portaria n.º 131/2017, de 7 de abril (regula a criação da medida de Estágios Profissionais, que consiste no apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho ou à reconversão profissional de empregados).

De acordo com o n.º 2 do artigo 1.º da referida Portaria, o estágio profissional consiste no desenvolvimento de uma experiência prática em contexto de trabalho, não podendo configurar a ocupação de postos de trabalho.

De acordo, ainda, com a cláusula 7.ª dos contratos, então celebrados, entre a mencionada sociedade e cada um dos estagiários - cuja cópia consta do processo de candidatura da requerente ao Programa de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo - a relação jurídica estabelecida entre os dois é equiparada, exclusivamente, para efeitos de contribuições à segurança social, a trabalho por conta de outrem.

Verificou-se, ainda, que o n.º 1 da cláusula 4.º do contrato n.º 67/2018, com a epígrafe "Benefício", apresenta uma redação pouco clara, pelo que se torna necessário proceder à sua alteração.

**Assim, a Câmara Municipal delibera não considerar os 5 estagiários, devidamente identificados nos aludidos contratos, para efeitos de cômputo do número de trabalhadores ao serviço da sociedade TJ MOLDES, S.A., pelo que o n.º 3 da cláusula 3.ª do contrato n.º 67/2018, de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo, celebrado entre o Município da Marinha Grande e a dita sociedade, deverá ser retificado, passando a constar do mesmo, apenas, 36 trabalhadores e não 41, sendo que em sede de monitorização do cumprimento do referido contrato, para verificação da existência dos postos de trabalho que a requerente se comprometeu a criar, por força da alínea a) do n.º 1 da sua cláusula 3.ª, não deverão ser contabilizados os estagiários contratados ao abrigo da mencionada Portaria n.º 131/2017.**

**Mais delibera aprovar as seguintes alterações ao n.º 3 da cláusula 3.ª e n.º 1 da cláusula 4.ª:**

**- N.º 3 da cláusula 3.ª**

***"3. De acordo com a informação prestada pelo Instituto de Segurança Social, IP, a 18 de maio de 2018, o investidor dispunha naquele mês de quarenta e um trabalhadores, devendo, porém, ser considerados apenas trinta e seis, na medida em que cinco de entre eles são estagiários."***

**- N.º 1 da cláusula 4.<sup>a</sup>**

***“1. O investidor beneficia da redução em 75% do valor das taxas devidas pela realização da operação urbanística, no valor de 12.045,65 (doze mil e quarenta e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos), apurado sobre o cálculo que constitui o anexo I, que se dá por integralmente reproduzido, devendo proceder ao pagamento do remanescente no montante de 4.015, 22 euros (quatro mil e quinze euros e vinte e dois cêntimos).”***

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**48. Início de procedimento e participação procedimental - Regulamento de Concessão de Benefícios Fiscais do Município da Marinha Grande**

818 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

A 16 de agosto do corrente ano foi publicada em Diário da República a Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, que altera a Lei das Finanças Locais (LFL), aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

De acordo com o artigo 12.º da citada Lei n.º 51/2018, as alterações por ela operadas só entrarão em vigor a 1 de janeiro de 2019.

A alínea d) do n.º 1 do artigo 15.º da LFL, na redação atualmente em vigor e que se manterá a partir de 1 de janeiro de 2019, estabelece que “[o]s municípios dispõem de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, nomeadamente ” a concessão de isenções e benefícios fiscais.

Esta norma remete-nos para o n.º 2 do artigo 16.º que, por sua vez, dispõe que “[a] assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios.”

A nova redação desta norma da LFL impõe que a Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, aprove um regulamento contendo os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios.

Igualmente, na nova redação do n.º 3 desse mesmo artigo 16.º, ficou estabelecido que aqueles benefícios fiscais “devem ter em vista a tutela de interesses públicos relevantes, com particular impacto na economia local ou regional, e a sua formulação ser genérica e obedecer ao princípio da igualdade, não podendo ser concedidos por mais de cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal.”

A elaboração de um regulamento municipal, para criação de critérios vinculativos, gerais e abstratos, permitirá que, na sua génese, sejam ponderados diversos fatores nomeadamente, a diminuição da receita adveniente da concessão dos referidos benefícios e as condições para eleger um determinado projeto como de interesse público relevante, além de que, só por essa via regulamentar, se pode garantir o respeito pelo princípio da igualdade.

Nessa medida, torna-se necessário que esta Câmara Municipal tome uma deliberação, no sentido de desencadear o procedimento de elaboração de um regulamento municipal de concessão de benefícios fiscais, nos casos em que determinados projetos de investimento se revestem de interesse público relevante, quer a nível municipal, quer a nível regional.

A concessão de benefícios fiscais, que se traduzirá em isenções totais ou parciais do imposto municipal sobre imóveis (IMI) e do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), tem em vista incentivar o investimento das empresas e dos particulares que desenvolvam determinadas atividades económicas e, por outro, contribui para o desenvolvimento do concelho e do bem estar da população, na medida em que possibilita a criação de emprego.

Para além das regras que permitirão conceder benefícios fiscais para projetos de interesse público relevante a nível municipal, criar-se-ão, igualmente, critérios que possibilitarão à Assembleia Municipal a tomada de deliberações mais equitativas, quando chamada a reconhecer o interesse do investimento para a região - n.º 4 do artigo 23.º do Regime Fiscal de Apoio ao Investimento, previsto no Código Fiscal do Investimento, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro.

**Assim, dando cumprimento ao artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), a Câmara Municipal delibera desencadear o procedimento de elaboração do Regulamento de Concessão de Benefícios Fiscais do Município da Marinha Grande, que definirá os critérios e as condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos próprios, nomeadamente IMI e IMT, tendo o referido procedimento o seu início a partir de 17 de setembro de 2018.**

**Podem constituir-se como interessados, através de formulário próprio disponibilizado, para o efeito, por esta Câmara Municipal, todos aqueles que pretendam apresentar os seus contributos para elaboração do referido regulamento, no prazo de 10 dias úteis, a contar da data do início do procedimento.**

**O início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio do Município da Marinha Grande.**

**A Câmara Municipal enquanto órgão competente para a decisão final do projeto de regulamento, delega, ao abrigo do n.º 2 e 4 do artigo 55.º do CPA, o seu poder de direção do procedimento na Técnica Superior Madalena Oliveira.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **49. Proposta de acordo de mutação dominial – Troço de estrada da ER349 (Praia da Vieira – Várzeas)**

819 - Presente minuta de acordo de mutação dominial, com vista à transferência da titularidade do troço de estrada da ER349 entre o Km 4,211 e o Km 4,853, numa extensão total de 0,642km (Praia da Vieira - Várzeas), das Infraestruturas de Portugal, S.A., para o Município da Marinha Grande.

Presente cópia do despacho do Secretário de Estado das Infraestruturas a autorizar a integração daquele troço no domínio público municipal da Marinha Grande.



A Câmara Municipal, depois de analisar os referidos documentos e de concordar com o conteúdo da minuta do acordo de mutação dominial, que se dá aqui por integralmente reproduzida e se anexa, entre as Infraestruturas de Portugal e o Município da Marinha Grande, referente à transferência da titularidade e à integração do troço da ER349, entre o km 4,211 e o km 4.853 na extensão total de 0,642km (Praia da Vieira - Várzeas), na rede viária do Município da Marinha Grande, delibera, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, apresentar, a minuta do referido acordo, à Assembleia Municipal, órgão competente para, de acordo com a alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da já citada Lei, deliberar sobre a afetação daquele bem ao domínio público municipal, ficando, assim, o Município investido nos poderes e deveres inerentes a essa titularidade - n.º 3 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 34/2015, de 27 de abril.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO**

### **50. Responsabilidade Civil Extracontratual do Município da Marinha Grande – Pedido de Indemnização – Requerente: Ana Celina Santos Ribeiro - Deferimento.**

820 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Informação Jurídica n.º 1489/2018, de 12.07.2018, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (Doc n.º 7);

Presente requerimento com o registo de entrada n.º 6505/2018, de 09.07.2018, subscrito pela proprietária do veículo automóvel com a matrícula 96-49-JC, no âmbito do qual procede à junção do documento único automóvel do referido veículo e de cópia do seu cartão do cidadão, reiterando o pedido apresentado pela condutora do veículo Ana Celina Santos Ribeiro, ora requerente (Doc. n.º 6);

Presente ofício n.º 2534/2018, de 12.06.2018 através do qual se solicita cópia do documento único automóvel do veículo automóvel com a matrícula 96-49-JC, cujo envio já havia sido solicitado, telefonicamente, em 30.05.2018 (Doc. n.º 5 e 4);

Informação da DISU - Área de conservação e renovação das infraestruturas viárias (Doc. n.º 3);

Presente Participação da Polícia de Segurança Pública – Esquadra da Marinha Grande, com o registo de entrada n.º 3869/2018, de 18.04.2018 (Doc. n.º 2);

Presente requerimento n.º E/3022/2018, de 26.03.2018, subscrito pela lesada Ana Celina Santos Ribeiro, no âmbito do qual solicita “o reembolso dos prejuízos que apresento” decorrentes do facto de ter embatido num buraco com o veículo automóvel da marca Opel Corsa, com a matrícula 96-49-JC, quando o conduzia, circulando no sentido Sul/Norte, pela Rua dos Oleiros, por volta das 19h10m, juntando para o efeito uma fatura emitida em

22.03.2018, em seu nome, pela Sociedade Henrique Primo Unipessoal, Lda. – fatura/recibo n.º 2018A/478, no valor total de 60,00 € (sessenta euros) (Doc. n.º 1).

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação jurídica n.º 1489/2018, de 12.07.2018, que se dá por reproduzida, delibera indemnizar a lesada Ana Celina Santos Ribeiro, contribuinte n.º 207 979 588, residente na Rua Professora Maria Eleonora Carneira, lote 6, n.º 84, lugar da Comeira, freguesia da Marinha Grande, no montante de 60,00 € (sessenta euros), com IVA incluído, na medida em que se encontram reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas coletivas públicas, de acordo com o artigo 7.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **AÇÃO SOCIAL**

**51. Transferência habitacional da inquilina residente na: fração sita na Rua Júlio Braga Barros, bloco 5, 2.º B para a fração correspondente à casa nº26, sita no Bairro do Camarnal (velho), por motivos de doença e más relações de vizinhança.**

821 - Presente informação n.º 2012 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 31 de julho de 2018, a propor a transferência habitacional da arrendatária em causa, por motivos de saúde devidamente comprovados e más relações de vizinhança.

Considerando que foi diagnosticada em 1992 a Anabela das Neves uma doença crónica grave (lúpus),

Considerando que já foi sujeita a três intervenções cirúrgicas à anca;

Considerando que a filha da mesma sofre igualmente de doença crónica (lúpus) e que enervando-se esta se manifesta e intensifica fisicamente, e como tal seria expectável distanciar-se de potenciais situações de conflito entre vizinhos;

- Considerando que o isolamento térmico na habitação social onde reside atualmente, se apresenta como fator de risco face ao estado de saúde das inquilinas;

- Considerando que nos termos da alínea 1) do artigo 25.º do Regulamento de atribuição, de gestão e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, a inquilina reúne critérios que lhe confere o direito à transferência de habitação;

- Considerando que existe uma habitação social disponível sita no Bairro do Camarnal nº 26, que apresenta todas as condições necessárias de habitabilidade;

- Considerando por último que a inquilina já visitou a habitação anteriormente referida e que inclusivamente manifestou interesse na mesma, ora pelas condições da habitação, ora pela localização geográfica.

Somos de propor a transferência deste agregado familiar para a fração correspondente à casa nº26 do Bairro do Camarnal (velho).

Mais se propõe a revisão do valor da renda em vigor, nos termos do Regime de Arrendamento Apoiado e que com base nos rendimentos apresentados será de 15,95€ (quinze euros e noventa e cinco cêntimos) mensais.

**A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 5 do artigo 16.º -A da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual e com o artigo 25.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, ainda em vigor.**

**Mais delibera que, o valor de renda a aplicar com base nos rendimentos atuais do agregado familiar, no valor de 15,95€ (quinze euros e noventa e cinco cêntimos) entre em vigor a partir de 1 de outubro de 2018.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**52. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de inquilina residente na Rua Júlio Braga Barros, BI 1, 1º B, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido.**

822 - Presente informação n.º 2132 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 14 de agosto de 2018, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que, a referida Lei entrou em vigor a 1 de março de 2015;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando ainda que, o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$  em que:

T= Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€)"

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar, devendo o

arrendatário comunicar o facto ao senhorio, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da ocorrência.

Considerando a alteração, no rendimento mensal do agregado familiar;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à revisão da renda do inquilino residente na fração identificada em epígrafe, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:**

MORADA	BLOCO	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/17	RENTA/18
Rua Júlio Braga Barros	1	1ºB	01/08/1983	86,73€	85,46€

**Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de outubro do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**53. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de inquilina residente na Rua Júlio Braga Barros, BI 1, 1º C, Casal de Malta, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido.**

823 - Presente informação n.º 2205 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 24 de agosto de 2018, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento

mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$  em que:

T= Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€)”

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.

Considerando a alteração, no rendimento mensal do agregado familiar;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha do inquilino e que têm por base os documentos facultados pelo próprio.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à revisão da renda do inquilino residente na fração identificada em epígrafe, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:**

MORADORA	BLOCO	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/17	RENTA/18
Rua Júlio Braga Barros	1	1º C	27/09/2017	4,21€	6,96€

**Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de agosto do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**54. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de inquilina residente na Praceta da Liberdade BI 3, 2º Dt.º, Casal de Malta, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido.**

824 - Considerando a presente informação n.º 2123 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 13 de agosto de 2018 a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$  em que:

T= Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€)”

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual: “... há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar, devendo o arrendatário comunicar o facto ao senhorio, no prazo máximo de 30 dias a contar da data de ocorrência”.

Considerando a alteração no rendimento mensal do agregado familiar;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha do inquilino e que têm por base os documentos facultados pelo próprio.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à revisão da renda da inquilina residente na fração identificada em epígrafe, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:**

MORADA	BLOCO	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/17	RENTA/18
Praceta da Liberdade	3	2º Dto	25/05/2005	15,72€	4,58€

**Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de outubro do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**55. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de inquilina residente na Praceta da Liberdade BI 3, R/C Dt.º, Casal de Malta, por motivo de alteração na composição e nos rendimentos do agregado familiar.**

825 - Considerando a presente informação n.º 2110 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 10 de agosto de 2018 a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração na composição e nos rendimentos do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$  em que:

T= Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€)”

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual: “... há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar, devendo o arrendatário comunicar o facto ao senhorio, no prazo máximo de 30 dias a contar da data de ocorrência”.

Considerando a alteração, na composição e nos rendimentos do agregado familiar;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha do inquilino e que têm por base os documentos facultados pelo próprio.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à revisão da renda da inquilina residente na fração identificada em epígrafe, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:**

MORADA	BLOCO	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/17	RENTA/18
Praceta da Liberdade	3	R/C Dto	18/08/2014	11,70€	74,25€

**Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de outubro do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**56. Celebração de acordo de regularização de dívida referente ao arrendatário Joaquim da Silva Ribeiro, residente na Praceta da Liberdade BI2 2º dto, Casal de Malta, Marinha Grande**

826 - Presente requerimento com o registo de entrada E/6684/2018, datado de 16 de julho 2018, em nome de Joaquim Silva Ribeiro, na pessoa da sua filha, Isabel Ribeiro a solicitar o pagamento da dívida existente referente a rendas em atraso, em 30 prestações mensais.

Presente informação n.º 2081 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 07 de agosto de 2018, através da qual se expõe a situação do referido arrendatário e as circunstâncias que levaram à existência da presente dívida por parte deste, e propõe a celebração de um acordo de regularização de dívidas do montante que se encontra por liquidar, no valor de 1387,04€, em 30 prestações mensais, a partir de outubro do corrente ano.

Considerando que Isabel Ribeiro não reúne presentemente condições económicas que lhe permitam liquidar integralmente o montante em causa, uma vez que, garante mensalmente o pagamento da diferença entre o valor da pensão por velhice do pai (617,29€) e o valor da mensalidade no lar onde este se encontra institucionalizado (890€), do seu próprio bolso, sem quaisquer ajuda monetária por parte dos irmãos;

Considerando a intenção manifestada por parte da filha do arrendatário em liquidar a dívida que o pai tem para com o Município da Marinha Grande, no valor de 1.387,04€ (mil trezentos e oitenta e sete euros e quatro centimos);

Considerando a proposta apresentada para pagamento da dívida, em 30 prestações mensais;

Considerando que o Regulamento de Atribuição, de Gestão e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande estabelece na alínea K, do nº1, do artigo 29, que em caso de atraso no pagamento da renda ou acumulação de vários meses em dívida, e de forma a evitar a resolução do contrato de arrendamento, possa vir a ser celebrado um acordo prestacional, com vista à regularização da dívida.

Considerando a competência da Câmara Municipal, nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com a alínea k) do n.º 1 do artigo 29.º do Regulamento de Atribuição, Gestão e Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande concordar com o pagamento da dívida, no valor de 1387,04€ (mil trezentos e oitenta e sete euros e quatro centimos) em 30 prestações mensais, sendo 29 prestações, no valor unitário de 46,24€ (quarenta e seis euros e vinte e quatro centimos) e a 30.ª, no**



**valor de 46,08€ (quarenta e seis euros e oito cêntimos) com entrada em vigor a partir de outubro do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**57. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Associação Novo Olhar, IPSS: Funcionamento do centro sócio-sanitário Porta Azul e Loja Social.**

827 - Presente deliberação camarária, datada de 27 de novembro de 2017, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), admitir a candidatura abaixo indicada, ao programa de apoio a atividades anuais, para o funcionamento do Centro Sócio-Sanitário Porta azul e Loja Social, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

**ATIVIDADES ANUAIS**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8998/2017	510280013	Associação Novo Olhar II	Funcionamento do Centro Sócio Sanitário Porta Azul e Loja Social	33

Considerando que nos termos do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento das suas obrigações fiscais, de contribuições para a segurança social e de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente;

Considerando que o n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro;

Considerando ainda que, nos termos do artigo 6.º do regulamento, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente, devendo ter para o efeito ter:

- A situação regularizada em termos da Autoridade Tributária e Segurança Social (declarações ou autorizações de consulta;
- Relatórios de contas do ano anterior aprovados e validados e respetiva ata de aprovação;
- Obrigações cumpridas relativas a contratos de apoio de anos anteriores;
- Situações de dívida para com o Município da Marinha Grande devidamente regularizadas;
- Mandato válido – atas de eleição e tomada de posse dos órgãos sociais.

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;

- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido;

Considerando o teor da informação I/1594/2018, datada de 9 de julho de 2018 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento;

Considerando que as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande, a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerando, por fim, ainda os critérios definidos no regulamento.

**A Câmara Municipal apreciou a informação e delibera conceder ao abrigo da competência conferida pela alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o seguinte apoio financeiro:**

**ATIVIDADES ANUAIS:**

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Associação Novo Olhar II	Funcionamento do Centro Sócio Sanitário Porta Azul e Loja Social	510280013	33	2018/A/89	19.300,00€
<b>TOTAL</b>					19.300,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Patrícia Jorge, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não estar atualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Este representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**58. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson: Encontros terapêuticos com Parkinson.**

828 - Presente deliberação camarária, datada de 11 de dezembro de 2017, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), admitir a candidatura abaixo indicada, ao programa de apoio a atividades anuais, para o funcionamento do Projeto Encontros Terapêuticos com Parkinson, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

**ATIVIDADES ANUAIS**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8941/2017	504058550	Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	Encontros Terapêuticos com Parkinson	31,6

Considerando que nos termos do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento das suas obrigações fiscais, de contribuições para a segurança social e de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente;

Considerando que o n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro;

Considerando ainda que, nos termos do artigo 6.º do regulamento, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente, devendo ter para o efeito ter:

- A situação regularizada em termos da Autoridade Tributária e Segurança Social (declarações ou autorizações de consulta;
- Relatórios de contas do ano anterior aprovados e validados e respetiva ata de aprovação;
- Obrigações cumpridas relativas a contratos de apoio de anos anteriores;
- Situações de dívida para com o Município da Marinha Grande devidamente regularizadas;
- Mandato válido – atas de eleição e tomada de posse dos órgãos sociais.

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido;

Considerando que as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande, a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerando, por fim, ainda os critérios definidos no regulamento.

**A Câmara Municipal apreciou a informação e delibera conceder ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o seguinte apoio financeiro:**

**ATIVIDADES PONTUAIS:**

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	Encontros Terapêuticos com Parkinson	504058550	31,6	2018/A/89	1.320,00€
<b>TOTAL</b>					1.320,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Patrícia Jorge, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não estar atualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Este representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**59. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos: Almoço de Natal/2018.**

Processo retirado da ordem do dia, para próxima reunião.

**60. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Comissão de Reformados Pensionistas Idosos: Funcionamento do Ginásio do Cérebro Sénior.**

829 - Presente deliberação camarária, datada de 28 de maio de 2018, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), admitir a candidatura abaixo indicada, ao programa de apoio a atividades anuais, para o funcionamento do Ginásio do Cérebro Sénior, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

**ATIVIDADES ANUAIS**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/9000/2017	506171795	C.R.P.I.	Funcionamento do Ginásio do Cérebro Sénior	26

Considerando que nos termos do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento das suas obrigações fiscais, de contribuições para a segurança social e de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente;

Considerando que o n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro;

Considerando ainda que, nos termos do artigo 6.º do regulamento, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente, devendo ter para o efeito ter:

- A situação regularizada em termos da Autoridade Tributária e Segurança Social (declarações ou autorizações de consulta;
- Relatórios de contas do ano anterior aprovados e validados e respetiva ata de aprovação;
- Obrigações cumpridas relativas a contratos de apoio de anos anteriores;
- Situações de dívida para com o Município da Marinha Grande devidamente regularizadas;
- Mandato válido – atas de eleição e tomada de posse dos órgãos sociais.

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido;

Considerando que as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande, a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse

municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerando, por fim, ainda os critérios definidos no regulamento.

**A Câmara Municipal apreciou a informação e delibera conceder ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o seguinte apoio financeiro:**

**ATIVIDADES ANUAIS:**

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
C.R.P.I.	Funcionamento do Ginásio do Cérebro Sénior	506171795	26	2018/A/89	4.000,00€
<b>TOTAL</b>					4.000,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Patrícia Jorge, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não estar atualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Este representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o*

*envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

## **PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURA**

### **61. Protocolo de parceria para o funcionamento da Orquestra Juvenil da Marinha Grande – Plano anual de atividades 2018.**

**Os Srs. Vereadores do MpM questionaram o seguinte:**

*“Este ponto é para aprovarmos o Plano de atividades da Orquestra desde janeiro a dezembro deste ano. Qual o motivo para que o plano de atividades só agora venha, praticamente no último trimestre, para ser aprovado?”*

A **Sr.ª Presidente** respondeu que só foi remetido para a Câmara em junho/2018.

830 - Presente **Protocolo de Parceria para o Funcionamento da Orquestra Juvenil da Marinha Grande**, aprovado por deliberação da Câmara Municipal da Marinha Grande, em 20 de fevereiro de 2018, submetido a aprovação da Assembleia Municipal em 28 de fevereiro de 2018 e da Assembleia de Freguesia em 13 de março de 2018, celebrado entre a Câmara Municipal da Marinha Grande (CMMG) e a Junta de Freguesia da Marinha Grande (JFMG), em 26 de março de 2018, tendo por objeto **“(…) o funcionamento da Orquestra Juvenil e da Big Band da Marinha Grande, que constitui um projeto comum e conjunto da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia da Marinha Grande.”**

Presente **Plano de Atividades da Orquestra Juvenil para 2018**, remetido pela Junta de Freguesia da Marinha Grande, através do registo de entrada E/5477/2018, de 08 de junho, em cumprimento do fixado na Cláusula 5.ª do Protocolo.

Presente informação com n.º de registo I/1986/2018, de 26 de julho, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal, que o Protocolo de Parceria celebrado pela Câmara Municipal da Marinha Grande e a Junta de Freguesia da Marinha Grande tem vindo a ser executado e que o Plano de Atividades da Orquestra Juvenil para 2018 cumpre o fixado na Cláusula 5.ª do Protocolo de Parceria, que prevê no seu n.º 1 que **“O plano anual de atividades da Orquestra Juvenil deve ser aprovado por ambos os parceiros.”** e o n.º 2 determina que **“Em cada ano civil de vigência do presente Protocolo a Orquestra Juvenil deve realizar atividades abertas ao público em edifícios municipais.”**, estando em condições de ser submetido à aprovação da Câmara Municipal.



A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo dos n.º 1 e n.º 2, alíneas e) e f), do art.º 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em cumprimento do n.º 1, Cláusula 5.ª do Protocolo de Parceria para o Funcionamento da Orquestra Juvenil da Marinha Grande, delibera aprovar o Plano de Atividades da Orquestra Juvenil para 2018.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**62. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2018 - Associação Tocánder - Oficinas de percussão de gaita de foles, pauliteiros e outras e realização de espetáculos e arruadas.**

**Os Srs. Vereadores do MpM questionaram o seguinte:**

*“Esta associação apresentou a candidatura em setembro do ano passado, faz agora um ano. A candidatura é para a sua atividade durante todo o ano 2018. Foi admitida em dezembro. Qual a razão para só agora, quase no último trimestre, ser atribuído o apoio? Se a associação estivesse à espera de saber se iria ter apoio, não tínhamos tido Tocánder nos primeiros oito meses de 2018.”*

831 - Presente deliberação de 11 de dezembro de 2017, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

**Atividade anual:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8933/2017, de 29 setembro	504934562	Associação Tocánder	Oficinas de percussão de gaita de foles, pauliteiros e outras e realização de espetáculos e arruadas.	35,4 pontos

Presente informação com n.º de registo I/1841/2018, de 11 de julho, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **Associação Tocánder** preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a realização de **Oficinas de percussão de gaita de foles, pauliteiros e outras e realização de espetáculos e arruadas**.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades

de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/168;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR A ATRIBUIR
E/8933/2017, de 29 setembro	504934562	Associação Tocândar	Oficinas de percussão de gaita de foles, pauliteiros e outras e realização de espetáculos e arruadas.	35,4 pontos	2018/A/168	6.000,00 euros

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Patrícia Jorge, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da*

*CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não estar atualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Este representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**63. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2018 - Clube Recreativo Amieirinhense - Escola de Música e Orquestra da Amieirinha.**

**Os Srs. Vereadores do MpM questionaram o seguinte:**

*“Este clube apresentou a candidatura em setembro do ano passado, faz agora um ano. A candidatura é para a sua atividade durante todo o ano 2018. Foi admitida em dezembro. Qual a razão para só agora, quase no último trimestre, ser atribuído o apoio?*

*Se o clube estivesse à espera de saber se iria ter apoio, não tínhamos tido escola de música e orquestra na Amieirinha nos primeiros oito meses de 2018.”*

832 - Presente deliberação de 27 de novembro de 2017, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

**Atividade anual:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8937/2017, de 29 setembro	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Projeto Escola de Música e Orquestra da Amieirinha	29,8 pontos

Presente informação com n.º de registo I/1843/2018, de 11 de julho, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **Clube Recreativo Amieirinhense** preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a continuidade do **Projeto Escola de Música e Orquestra da Amieirinha**.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/168;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR A ATRIBUIR
E/8937/2017, de 29 setembro	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Projeto Escola de Música e Orquestra da Amieirinha	29,8 pontos	2018/A/168	6.000,00 euros

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Patrícia Jorge, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não estar atualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Este representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

## **TEMPOS LIVRES E DESPORTO**

**64. Audiência prévia da candidatura do Clube de Atletismo da Marinha Grande – Convívio de benjamins - Apreciação de alegações - Proposta de admissão**

**Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:**

*“Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”*

833 - Presente deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 19 de março de 2018, que apreciou a candidatura do Clube de Atletismo da Marinha Grande, com vista à obtenção de apoio ao desenvolvimento da atividade “Convívio de Benjamins”, para a qual foi determinada a realização de audiência prévia da entidade interessada, sobre a sua intenção de exclusão da candidatura, com os fundamentos nela explanados.

Presente notificação de audiência prévia efetuada por ofício S/1198/2018 de 23 de março de 2018

Presentes alegações apresentadas pela entidade, com registo de entrada E/3126/2018, em 2 de abril de 2018.

Presente informação n.º I/1614/2018 da DCD, datada de 19 de junho, acompanhada do relatório da Comissão de Apreciação de Candidaturas, que aqui se dá para todos os efeitos, por integralmente reproduzido, em que se propõe a admissão do pedido de apoio do Clube de Atletismo da Marinha Grande, apresentado e registado com o n.º E/8473/2017, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, com os seguintes fundamentos;

- Considerando que a informação e conteúdo das candidaturas apresentadas são avaliados objetivamente, em função do que ali é descrito, de facto, e tendo por referência os critérios estabelecidos em regulamento municipal, não permitindo interpretações que não as que decorram da observação estrita dos condicionalismos referidos;
- Considerando que foram acrescentados novos argumentos que valorizam a candidatura, permitindo alterar a pontuação atribuída;
- Considerando a alteração da avaliação por parte da Comissão de Avaliação e a obtenção de 26 pontos;
- Considerando a proposta de admissão da candidatura do Clube de Atletismo da Marinha Grande, fundamentada nos pressupostos acima descritos.

**A Câmara Municipal analisou e concordando com os fundamentos de facto e de direito expostos naquele relatório e informação delibera, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, determinar a admissão da candidatura apresentada pela entidade requerente.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Patrícia Jorge, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não estar atualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Este representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

#### **65. Atribuição de apoio – Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro - Reabilitação de instalações**

**Os Srs. Vereadores do MpM questionaram o seguinte:**

*“Não veio o processo de candidatura como vem nos outros processos. Há algum motivo? Ajudamos as coletividades, e ainda bem. Podemos inferir desta atribuição que todas as obras de melhoramento de infraestruturas das coletividades passarão a ter 45% de comparticipação?*

*Propomos que se faça de imediato uma comunicação a todas as entidades (clubes, coletividades, associações) dizendo que ao fazerem obras, a camara participa em 45%*

A **Sr.ª Presidente** referiu que se deve aguardar pela saída do Regulamento, que está para breve.

834 - Presente deliberação de 20 de fevereiro de 2018, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

**Infraestruturas:**

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS
E/8843/2017	Soc. de Beneficência e Recreio 1º Janeiro	501623051	Reabilitação de Instalações	39

Presente informação nº I/1607/2018, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, em que se dá conhecimento à Câmara Municipal de que, nesta fase, a Sociedade de Beneficência e Recreio 1º Janeiro preenche todos os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento e propondo a atribuição de apoio financeiro a esta entidade:

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- Abrangência da atividade ou projeto
- Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas o), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/189;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento;

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra e ao abrigo da competência conferida pela alínea o) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios e**



**benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:**

#### **ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA**

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Soc. de Beneficência e Recreio 1º Janeiro	Reabilitação de Instalações	501623051	39	2018 / A / 188	35.000,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Patrícia Jorge, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não estar atualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Este representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**66. Atribuição de apoio – Associação Portuguesa de Deficientes - “Desporto para todos”**

Processo retirado da ordem do dia, para próxima reunião.

**EDUCAÇÃO E JUVENTUDE**

**67. Atividades de animação e apoio à família nos estabelecimentos de educação pré-escolar (AAAF) e do 1º ciclo do ensino básico (CAF) da rede pública do Município da Marinha Grande 2018-2019 - Definição de tabelas comparticipação familiar**

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** explicou o que foi aumentado, referindo que a Câmara comparticipa com 40%.

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** chamou a atenção de que a tabela para a Vieira não pode ser a mesma da Marinha Grande, uma vez que aí a Câmara paga mais pelo serviço prestado.

**Os Srs. Vereadores do MpM questionaram o seguinte:**

*“Por que razão o custo hora das AAF/CAF no Agrupamento de Vieira de Leiria é mais caro do que nos Agrupamentos Poente e Nascente MG?*

*A informação técnica refere os custos do serviço mas não refere a receita. Qual a receita que a CMMG tem do Ministério da Educação para a AAAF? A informação que temos é que o valor pago pelo Ministério da Educação é praticamente o que pagamos à empresa que presta o serviço. Assim sendo todo o valor que os pais pagam é lucro para a câmara.”*

A **Sr.ª Presidente** disse que vai recolher as informações, porque neste momento já não tem ninguém nos serviços, e depois enviará as respostas amanhã.

835 - Presente informação 2223/2018 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, relativa à proposta de definição da Tabela da Comparticipação Familiar relativa à valência de Prolongamento de Horário das Atividades de Animação e de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar - designada por AAAF - e nos estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo - designada por CAF - da Rede Pública do concelho da Marinha Grande, para o ano letivo 2018/2019.

Considerando o disposto na alínea d) e h) do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea b), do n.º 1, do artigo 2.º e alínea b), do n.º 1, do artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, os municípios dispõem de atribuições no domínio da educação e ação social, nomeadamente, e entre outras, a componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar;

Considerando o n.º 3, do artigo 3.º, da Portaria n.º 644-A/2015 de 24 de agosto de 2015, as Atividades de Animação e Apoio à Família - AAAF são implementadas, preferencialmente, pelos municípios no âmbito do protocolo de cooperação, de 28 de julho de 1998, celebrado

entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

Considerando ainda o n.º 2 do artigo n.º 5 da Portaria n.º 644-A/2015 de 24 de agosto de 2015, a Componente de Apoio à Família - CAF é implementada por autarquias, mediante acordo com os agrupamentos de escolas.

Considerando que é competência da Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes, segundo o disposto na alínea hh), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Considerando o teor da informação 2223/2018 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento.

Considerando que as tabelas de comparticipação desta valência devem ser atualizadas anualmente.

Considerando o valor da Remuneração Mínima Mensal (RMM) definido através do Decreto-Lei nº 156/2017 de 28 de dezembro.

**A Câmara apreciou a informação e delibera, ao abrigo da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aplicar no próximo ano letivo 2018/2019 tabela de Comparticipação Familiar abaixo indicada, relativa à valência de Prolongamento de Horário das Atividades de Animação e de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e Componente de Apoio à Família nos estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo da Rede Pública do concelho da Marinha Grande:**

ANO LETIVO 2018/2019					
Comparticipação Familiar pela utilização dos serviços de prolongamento de horário em estabelecimentos de educação Pré-Escolar e 1.ºCEB					
Escalação de Rendimento <i>Per Capita</i> , indexado à Remuneração Mínima Mensal em 2018 = 580,00€					
Remuneração Mínima Mensal a considerar para cálculo da comparticipação para o ano letivo 2018/2019		580,00 €			
			Valor mensal	C/ diluição do mês de Julho	Comparticipação familiar
1º Escalão	Até 30% do R.M.N.	174,00 €	ISENTO	ISENTO	0%
	Prolongamento de Horário (5%)	8,70 €			
2º Escalão	De 30%+ até 50% do R.M.N.	290,00 €	17,40 €	19,14 €	60%
	Prolongamento de Horário (10%)	29,00 €			
3º Escalão	a partir de 50%+ do R.M.N.	406,00 €	30,45 €	33,50 €	60%
	Prolongamento de Horário (12,5%)	50,75 €			

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia 03/09/2018.

Mandato de 2017/2021  
Ata nº 29

**E nada mais havendo a tratar, a Sr.<sup>a</sup> Presidente encerrou a reunião eram 19:40 horas.**

**No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**A Presidente da Câmara Municipal,**

**A Secretária da reunião,**